

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2017

1 Apresentação

A Casa da Moeda do Brasil (CMB) é uma Empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda (MF) que fornece soluções de segurança nos segmentos de meio circulante, passaporte, selos postais, controle fiscal e outros que sejam compatíveis com suas atividades como a comercialização de moedas comemorativas.

Fundada em 8 de março de 1694, a CMB conta hoje com um parque industrial atualizado tecnologicamente e dimensionado para suprir plenamente o meio circulante e a demanda de passaportes nacionais, bem como está capacitada a atender aos segmentos de documentos de identificação e controle fiscal. De forma complementar, aproveitando oportunidades de mercado que não prejudiquem seu propósito principal de atendimento às necessidades do Estado Brasileiro, a CMB pode eventualmente atuar no mercado internacional.

O ano de 2017 foi marcado pelos seguintes fatos relevantes para a CMB:

- Interrupção da prestação de serviços relativo ao Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBEB), em função da publicação do Ato Declaratório Executivo - ADE Cofins nº 075, de 17/10/2016, que desobrigou os estabelecimentos industriais envasadores de bebidas de utilizarem o referido Sistema (SICOBEB), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008, a partir de 13 de dezembro de 2016, impactando negativamente à CMB em 2017, em face da perda de Receita Operacional, estimada de R\$1,4 bilhão para o exercício;
- Assinatura dos contratos de fornecimento de Cédulas e Moedas Brasileiras para o Banco Central do Brasil - BCB, ocorrida em 13/04/2017, integralmente atendidos pela CMB, em prazo inferior ao estabelecido contratualmente, o que possibilitou aceitar demandas adicionais do BCB, também integralmente atendidos pela CMB;
- Implementação de uma nova estrutura organizacional, proposta pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ocorrida ao longo do 3º trimestre de 2017;
- Aprovação do novo estatuto social da CMB, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 17/10/2017 e publicada no Diário Oficial da União – DOU em 07/12/2017, que está alinhado às diretrizes das Lei 13303/2016, de 30/06/2016 ("Lei das Estatais");
- Implantação de ações focadas na eficiência dos processos de fornecimento de insumos e prestação de serviços, apoio às unidades da CMB em seus projetos, promoção de medidas de melhoria na gestão de contratos de serviços administrativos, em busca da otimização dos recursos materiais e logísticos da CMB;
- Implementação de ações de redução de custos, que gerarão economia de cerca de R\$110,2 milhões em 12 meses, com destaque para o Programa de Demissão Voluntária - PDV, implantado no 2º semestre de 2017, e renegociação de contratos com fornecedores e prestadores de serviços.
- Cumprimento de 100% de atendimento contratual nos quatro departamentos do segmento de produção e serviços.

A CMB foi presidida nesse período pelo Executivo Alexandre Borges Cabral, que orientou a sua gestão para o compromisso com a sustentabilidade da Empresa e redução de custos, enfatizando a necessidade de senso de urgência e comprometimento integrado dos empregados da empresa, de forma a transformar o orgulho de ser moedeiro em ações concretas, devidamente apoiado pelos demais integrantes da Diretoria Executiva, cuja estrutura e composição atual após a implementação da nova estrutura organizacional da empresa, ocorrida a partir de julho/2017, é:

- Diretor de Desenvolvimento: Abelardo Duarte de Melo Sobrinho;
- Diretor de Gestão: Wagner de Souza Luciano;
- Diretor de Inovação e Mercado: Cesar Augusto Barbiero;
- Diretor de Operações: Jehovah de Araújo Silva Júnior;

2 Gestão Estratégica e Orçamentária

O planejamento estratégico de uma empresa necessita de acompanhamento constante, tanto para mensurar os resultados obtidos, quanto para avaliar o desempenho das metas empresarial e, caso necessário, redirecionar eventuais ajustes de rumos para alcance de seus objetivos.

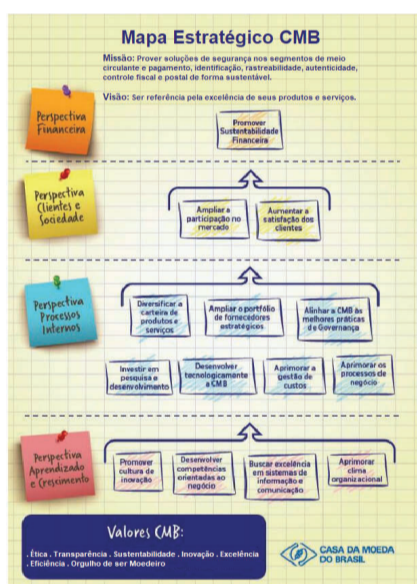
Com esse propósito, a Diretoria Executiva no exercício de 2017, promoveu reuniões estratégicas no Palacete da CMB com a presença de Diretores, Superintendentes, Assessores e outros líderes da organização.

As reuniões foram conduzidas por meio de apresentações e debates, com a participação efetiva e a proposição de sugestões por parte dos presentes, focando no desdobramento do Planejamento Estratégico em busca da Visão de Futuro.

Entre as ações realizadas no exercício de 2017, destacamos a elaboração de projetos estruturantes, que se apresentam como um importante instrumento mobilizador para atualização do direcionamento estratégico da empresa, estimulando a performance organizacional e, viabilizando o alcance da visão de futuro, com foco na sustentabilidade financeira a partir de 2018.

Mapa Estratégico

O Mapa Estratégico organiza a estratégia em objetivos segundo quatro perspectivas que representam os fatores-chave para uma visão ampliada e clara da estratégia. A ferramenta é a base da metodologia de gestão estratégica conhecida como Balanced Scorecard (BSC).



Com as constantes mudanças apresentadas no cenário de atuação da CMB, o Departamento de Governança Corporativa – DEGOV promoveu, em setembro/2017, um estudo de Benchmarking em relação ao mercado onde a empresa está inserida, com foco nas seguintes temáticas: Modelo de Negócio, Posicionamento Futuro e Avaliação dos Resultados Econômicos e Financeiros apresentados por empresas semelhantes que atuam no mercado nacional, seja como fornecedora, cliente ou concorrente.

Com o propósito de adotar medidas que estabeleçam os caminhos a serem percorridos para o bom cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro, levando em consideração os cenários apresentados pelo supramencionado estudo de Benchmarking, a Diretoria Executiva decidiu que os Direcionadores do Plano Estratégico 2017/2022, fossem revistos e adequados aos rumos pretendidos pela gestão para o ciclo 2018/2022.

Nesse sentido, foram atualizadas as redações dos Direcionadores Estratégicos da CMB, quais sejam, Missão, Visão e Valores, já contemplados no novo Mapa Estratégico.

Os Objetivos Estratégicos que compõem o Mapa Estratégico CMB foram mantidos, porém promovendo alterações em seus Indicadores Estratégicos e respectiva Metas para o período 2018 a 2022.

Conseqüentemente, a CMB também promoverá a revisão e atualização do desdobramento de sua estratégia para o alcance dos objetivos do Mapa e da nova Visão de Futuro, cujas principais ações táticas são:

- Aumentar sua Receita mediante ampliação de sua carteira de produtos e clientes, em especial no segmento de soluções de controle, rastreabilidade, autenticidade e de identificação;
- Redução de custos e despesas, mediante contínua revisão e atualização de seus processos internos, implantação de novas tecnologias e sistemas de informação.

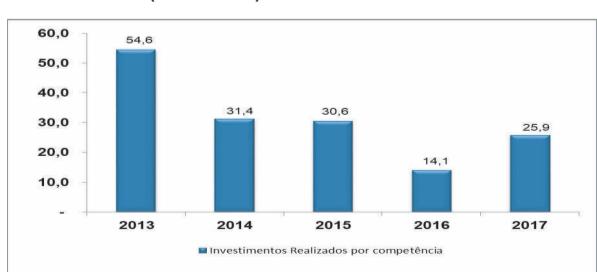
Investimentos

A execução orçamentária da Casa da Moeda do Brasil no exercício de 2017 alcançou o valor de R\$ 25,9 milhões. A realização dos investimentos em questão, foi impulsionada pela aquisição de Máquinas, Equipamentos e Soluções de TI, e entre outros, a aquisição de equipamentos destinados ao Novo Sistema Nacional de Rastreabilidade e Controle de Bebidas - SINCRAB, bem como aquisição de 4 (quatro) Ilhas Pneumáticas que vão contribuir no tratamento e recuperação da água de lavagem proveniente dos banhos galvanicos.

Destacamos ainda, a compra de Misturadores Planetários, destinados a fabricação de massa para confecção de cilindros entintadores e limpadores, utilizados nas máquinas Super Orlof Intaglio para realização das impressões calcográficas nas folhas de cédulas. Em conjunto, as Estações de Cintagem, que vão permitir a troca rápida das estações de cintagem dos equipamentos Super Check Numeropak III, reduzindo o tempo de setup das máquinas, contribuindo para o cumprimento do Programa Anual de Produção – PAP de Cédulas Brasileiras.

Todos os investimentos realizados pela CMB em 2017 estão voltados para a modernização e melhoria da efetividade da capacidade produtiva da empresa.

Desempenho dos Investimentos (R\$ milhões)



Custos e Despesas

No exercício de 2017, a CMB implementou ações de contenção de gastos e redução de custos e despesas que contribuíram para busca da sustentabilidade econômica e financeira da empresa, sendo a estimativa de economia gerada por essas ações, em 12 (doze) meses, de:

- Ações de Gestão para contenção de consumo e redução de gastos, na ordem de R\$6,5 milhões/ano;
- Renegociação de contratos com fornecedores e prestadores de serviços, na ordem de R\$33,5 milhões/ano;
- Implantação do Programa de Demissão Voluntária – PDV, na ordem de R\$70,2 milhões/ano;

3 Desempenho Operacional

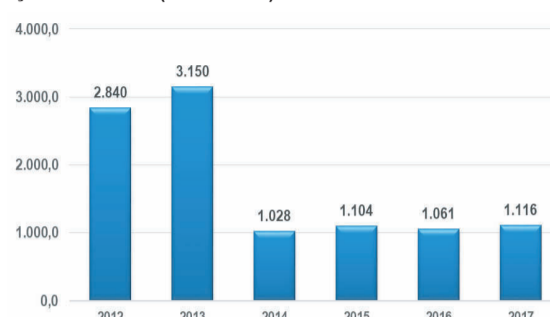
Cédulas e Moedas

O parque fabril da CMB, localizado no Distrito Industrial de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, tem capacidade instalada para produzir aproximadamente 3 bilhões de cédulas e 4 bilhões de moedas por ano, quando operando em três turnos de trabalho. O processo envolve profissionais das áreas de produção, técnica, engenharia de produto e design, tendo sempre como finalidade entregar produtos e serviços com alta qualidade e tecnologia atualizada.

Atual Família de Cédulas Brasileira impressas pela Casa da Moeda do Brasil



Evolução da Produção de Cédulas (em milhões)



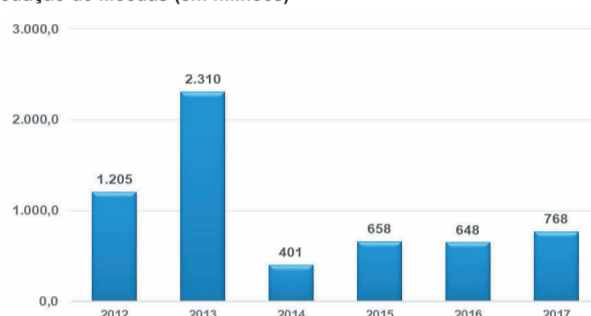
"Quantidades fornecidas sob contrato ao Banco Central do Brasil"

O contrato com o Banco Central, assinado em abril de 2017, contemplou, inicialmente, o fornecimento de 980 milhões de cédulas. Posteriormente, em razão de termo aditivo a esse contrato e celebração do segundo contrato, firmado em dezembro/2017, a produção alcançou a marca de 1,116 bilhão de cédulas.

Atual Família de Moedas Brasileiras cunhadas pela Casa da Moeda do Brasil



Evolução da Produção de Moedas (em milhões)



"Quantidades fornecidas sob contrato ao Banco Central do Brasil"

Na fabricação de moedas, considerando os dois contratos firmados durante o ano de 2017, também foi alcançado o índice de realização de 100%, totalizando uma produção anual de 768,6 milhões de moedas, sendo 659,5 milhões no 1º contrato e 109,1 milhões no 2º contrato.

A CMB sempre exerce, com periodicidade anual, negociações prévias com o Banco Central objetivando reduzir incertezas e diminuir custos, a partir da previsibilidade quanto à demanda estabelecida para atendimento às necessidades do meio circulante nacional. Isto permite firmar os respectivos contratos para o fornecimento de cédulas e moedas em tempo hábil, assegurando melhores preços na compra de insumos, com redução de custos de estocagem, combinando mitigação de riscos operacionais e aproveitamento de oportunidades de mercado.

Como diferenciais de atendimento ao Banco Central, a estrutura da Casa da Moeda possibilita flexibilizar o mix (combinação) de produtos por denominação, com entregas semanais programadas, capacidade disponível de armazenamento para a custódia segura de cédulas e moedas, sem custos de estocagem, reduzindo a imobilização de capital por parte do Banco Central e os riscos relacionados à movimentação e transporte do meio circulante.

Nessas condições, a CMB tenha cumpriu integralmente os contratos de Cédulas e Moedas referentes aos exercícios de 2016 e 2017, e também iniciou as negociações com o Banco Central para celebração dos contratos de fornecimento de cédulas e moedas em 2018.

Ainda assim, permanece vigente na CMB o monitoramento dos riscos e conseqüências relacionados a eventual aplicabilidade das disposições estabelecidas na Lei nº 13.416, de 23 de fevereiro de 2017, que autorizou o Banco Central a adquirir papel-moeda e moeda metálica fabricados fora do País por fornecedor estrangeiro, bem como das disposições da Resolução BCB nº 4.602, de 28 de setembro de 2017, que estabelece diretrizes para a aquisição de papel moeda e moeda metálica destinados ao serviço do meio circulante.

Produção de Medalhas

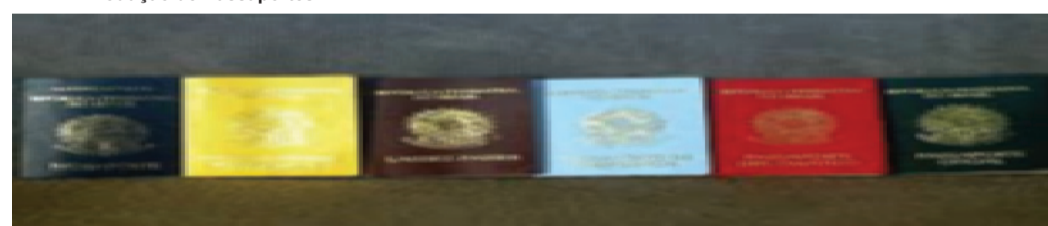


Em 2017 entrou em funcionamento, na Seção de Medalharia, a Impressora Tampográfica o que permitiu a produção e lançamento de medalhas com detalhes coloridos por meio do processo de Tampografia. Foram então produzidas 29.368 medalhas, 30 comendas e 1.158 distintivos, resultando em faturamento na ordem de R\$1,7 milhão.

Em relação ao Clube da Medalha, existente desde 1977, vale registrar que reforçamos seu acervo mediante os lançamentos das Medalhas referentes aos 100 anos de nascimento de Abelardo Barbosa - Chacrinha, Romero Britto, São Jorge, Centenário das Aparições de Nossa Senhora de Fátima e 300 anos do Encontro da Imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Passaportes e demais impressos

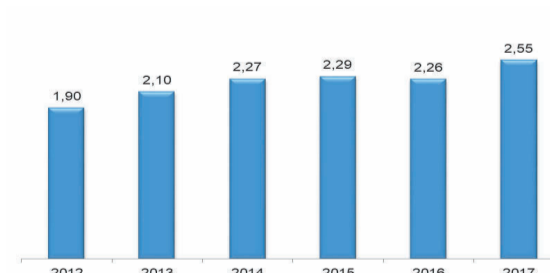
Produção de Passaportes



Passaportes DPF

Desde o ano de 2005, além da fabricação da cademeta, a CMB personaliza internamente o Passaporte Brasileiro para o Departamento de Polícia Federal - DPF, que atende aos padrões "ICAO" - International Civil Aviation Organization, possuindo elementos de segurança como fibras coloridas e reativas à luz ultravioleta, marca d'água e fio de segurança, além de ser impresso em offset e calcografia.

Quantidade Vendida de Passaportes (em milhões de unidades)



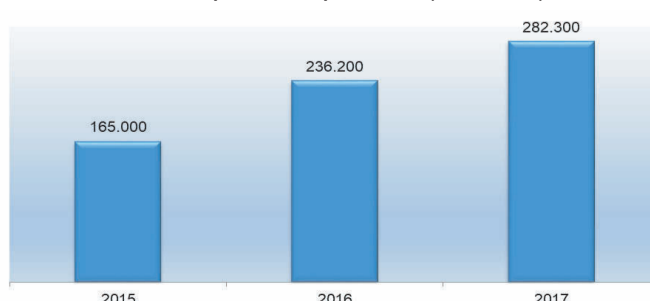
Conforme demonstra o gráfico acima, a Casa da Moeda do Brasil atingiu uma produção recorde de passaportes para o Departamento de Polícia Federal, de aproximadamente 2,55 milhões de cadernetas personalizadas, produzidas e expedidas.

Em setembro de 2017 foi assinado o novo contrato para produção de passaportes com o Departamento de Polícia Federal (DPF), no valor de R\$ 183,3 milhões.

Passaportes MRE

A CMB é responsável por produzir as cadernetas de passaportes para o Ministério das Relações Exteriores – MRE. Ao longo de 2017 foram produzidas 282.300 cadernetas de passaportes, caracterizando um aumento ao longo dos últimos anos, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

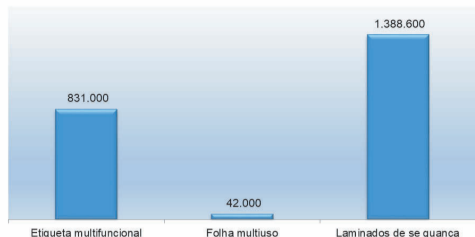
Quantidade de Cadernetas de Passaportes MRE produzidas (em unidade)



Impressos de Segurança para o MRE

Além de produzir os passaportes para o MRE, a CMB é responsável por produzir documentos de segurança tais como: etiqueta multifuncional, folha multiuso e laminados de segurança. Abaixo pode ser verificada a quantidade produzida no ano de 2017.

Quantidade produzida de impressos de segurança MRE em 2017 (em unidade)

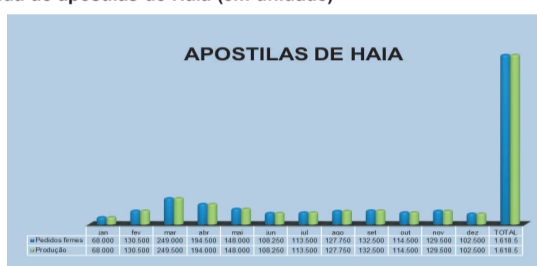


Produção da Apostila da HAIA



O documento consiste em um certificado utilizado em âmbito internacional como facilitador de transações comerciais e jurídicas, por consolidar informações necessárias para conferir validade a um documento público em outro país signatário do tratado. Desde o início do projeto até a data de hoje, a CMB faturou mais de R\$ 3,559 milhões. Há, ainda, previsão do aumento da demanda, considerando a habilitação de novos cartórios no sistema HAIA, conforme previsão do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Quantidade Produzida de apostilas de Haia (em unidade)

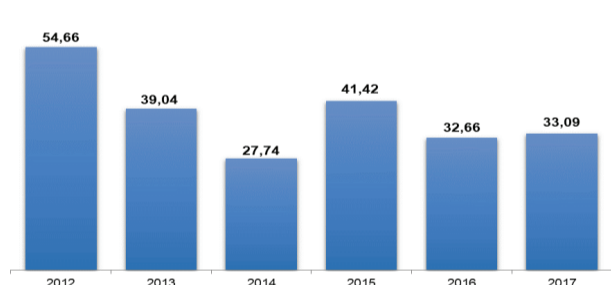


A produção de mais de 1,6 milhão de apostilas de Haia no ano de 2017 é ponto de destaque. O formulário começou a ser expedido no final de 2016 e hoje se encontra em grande parte dos cartórios pelo Brasil. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é o responsável por coordenar e regulamentar a aplicação da Convenção da Apostila da Haia no Brasil, que entrou em vigor em agosto de 2016.

Selos de Controle Fiscal (físicos)



Faturamento (em milhões) de selos físicos



Em 2015 a Receita Federal do Brasil - RFB deixou de contratar a CMB para a produção e entrega dos selos físicos de controle de arrecadação fiscal (selos aplicados em produtos como cigarros, bebidas e relógios) às Delegacias Regionais, em consonância com a Lei nº 12.995, 18 de junho de 2014 e formalizou que a CMB entregue os selos diretamente aos contribuintes. Os valores das taxas pagas pelos contribuintes para utilização dos selos de controle passaram a ser destinados à Casa da Moeda.

Ao longo de 2016/2017, a CMB desenvolveu, sistema gerencial a ser utilizado via plataforma web, denominado "CMB FISCAL". Esse sistema viabilizará a cadeia logística, com o escopo abaixo:

1. Contribuintes

Os mais de mil contribuintes obrigados à utilização dos selos de controle efetuarão cadastros de suas demandas de selos, seus pedidos, protocolos de atendimento, recolhimento de DARFs e acompanharão a expedição dos pedidos;

2. CMB

A área de negócio terá seu perfil de acesso para o gerenciamento das etapas acima citadas. As áreas de embalagem e expedição terão seus perfis de acesso para acondicionar os pedidos e expedi-los.

3. RFB

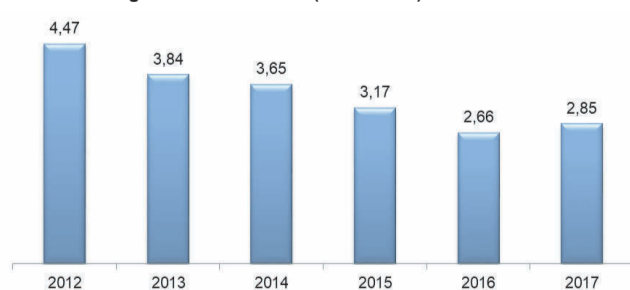
Os Auditores Fiscais da Receita Federal terão seu perfil de acesso para gerenciar os pedidos de importação e supervisionar todo o fornecimento dos selos.

Com a ação para redução de custos no ano de 2017, o Departamento retirou a tinta calcográfica qualificada, o que permitiu gerar uma economia de R\$ 4,1 milhões no custo do produto no período compreendido entre agosto e setembro/2017.

Selos de Controle Fiscal (rastreadáveis)

Em 2017, a quantidade de carteiras de cigarros controlada pelo Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS) foi de 2,85 bilhões*, registrando um incremento de aproximadamente 7% em relação a 2016. Tal incremento representa uma inversão na curva de decréscimo da produção de cigarros nos país, a qual havia registrado queda nos últimos 5 anos.

Quantidade controlada de cigarros – SCORPIOS (em bilhões)



Fonte: SCORPIOS Gerencial

* Cada carteira possui 20 cigarros.

Além disso, a CMB produziu em 2017 o quantitativo de 2,7 bilhões de selos físicos de cigarros, que são aplicados nas carteiras destinadas ao mercado nacional como parte integrante da solução de controle e rastreamentos do SCORPIOS.

No âmbito do contrato SCORPIOS a CMB vem constantemente intensificando as ações de fiscalização da prestação do serviço, visando a melhoria em sua qualidade e, consequente, satisfação da RFB e dos fabricantes de cigarros. Estas ações têm refletido, como efeito secundário, na conversão de valores monetários à CMB em decorrência da aplicação de sanções à Contratada quando constatadas falhas no serviço.

Com o término do Sistema de Controle da Produção de Bebidas – SICOBE a partir de 13/12/2016, foram realizadas já em 2017 diversas ações para a desmobilização de todo o Sistema, o qual abrangia aproximadamente 309 fábricas e 1194 linhas, distribuídas em 25 estados. Dada a complexidade da operação, em 2018 ainda continuarão as ações para o transporte destes equipamentos que foram desinstalados e que permanecem nas fábricas.

Representantes Comerciais pelo Brasil e Exterior

A documentação para contratação de representante comercial no exterior, mais especificamente, Peru, Venezuela e Paraguai está em fase final de tramitação interna, já tendo sido avaliada pela área jurídica. A mesma seguirá para análise final da Diretoria e assinatura.

Em relação a documentação referente à potencial contratação de representante comercial no território nacional, formada pela norma interna de administração (NA) e a minuta de contrato, a mesma já foi elaborada pela área comercial e tramitará para análise das áreas internas competentes.

O objetivo é permitir a utilização do representante nos casos em que se demonstre necessário o auxílio do mesmo para direcionamento da CMB nos segmentos de mercado onde o networking local é a principal via de acesso, permitindo, assim, a efetiva concretização de negócios, sem descuidar das diretrizes do código de ética e conduta da CMB.

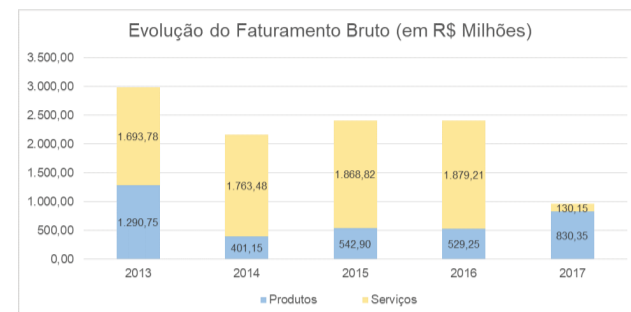
4 Desempenho Econômico-Financeiro

O exercício de 2017 foi penalizado pelo impacto negativo da interrupção da prestação de serviços relativo ao Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBE), determinado pelo Ato Declaratório Executivo - ADE Cofins nº 075, de 17/10/2016, que desobrigou o uso do referido Sistema (SICOBE), resultando em perda de Receita Operacional, estimada de R\$1,4 bilhão para o exercício, agravado pela continuidade da incerteza quanto ao recebimento do ressarcimento dos valores financeiros decorrentes da retenção de 30% das receitas provenientes do Sicoobe, Scorprios e Selos Fiscais Físicos, por conta da publicação da Emenda Constitucional nº 93. O montante de valor monetário caixa em 2016 foi de cerca de R\$ 550 milhões e em 2017 R\$ 231 milhões, fato que vem impactando negativamente o fluxo de caixa da empresa.

Entretanto, após manifestações de diversos órgãos internos da Administração Direta, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu parecer ressaltando que a empresa deveria ser ressarcida dos gastos com as atividades que subsidiaram a União no exercício do poder de polícia. A partir de então, a CMB vem adotando medidas para buscar o ressarcimento dos gastos que incorreram na execução das atividades afetas ao Sicoobe e Scorprios, inclusive através de conciliação na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, sendo proferida a admissibilidade do Processo 00688.001.004/2017-80 autuado pela CMB, onde a Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, já foi instada a se manifestar sobre o tema.

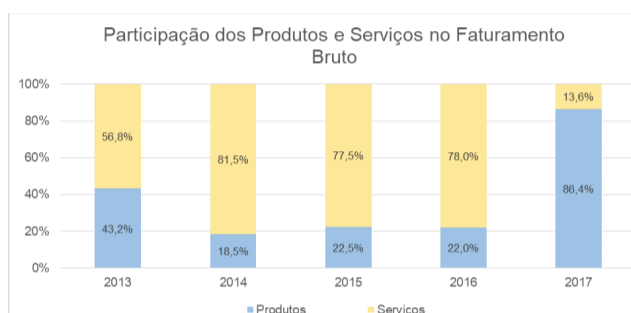
Evolução do Faturamento Bruto (em milhões)

Faturamento Bruto	2013	2014	2015	2016	2017
Produtos	1.290,75	401,15	542,90	529,25	830,35
Serviços	1.693,78	1.763,48	1.868,82	1.879,21	130,15
Total	2.984,53	2.164,63	2.411,72	2.408,46	960,50



Participação dos Produtos e Serviços no Faturamento Bruto (em %)

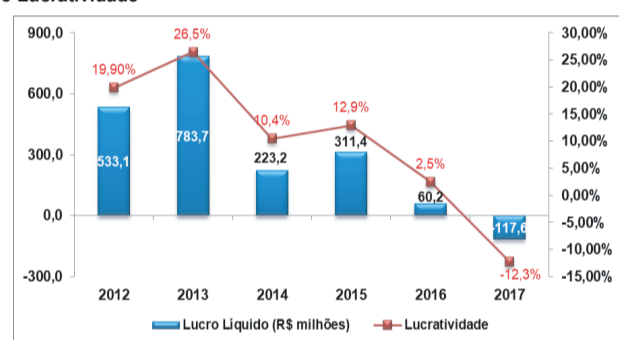
Faturamento Bruto	2013	2014	2015	2016	2017
Produtos	43,2%	18,5%	22,5%	22,0%	86,4%
Serviços	56,8%	81,5%	77,5%	78,0%	13,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%



Resta evidenciado que o desempenho das Receitas Operacionais da CMB no exercício de 2017 foi profundamente afetado pela perda de faturamento estimado da ordem de R\$ 1,4 bilhão no exercício, diretamente relacionado à Interrupção da prestação de serviços relativo ao Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBE), decorrente do Ato Declaratório Executivo - ADE Cofins nº 075, de 17/10/2016, que desobrigou os estabelecimentos industriais envasadores de bebidas de utilizarem o referido Sistema (SICOBE), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 869, de 2008, a partir de 13 de dezembro de 2016.

Conseqüentemente, em função da expressiva redução de faturamento, o resultado do exercício de 2017, registra um prejuízo líquido de R\$ 117,5 milhões (contra um lucro líquido de R\$60,2 milhões no exercício anterior), consignando uma lucratividade final de -12,3% (contra 2,5% do ano anterior), relacionado

Lucro Líquido e Lucratividade



A rentabilidade do patrimônio líquido médio foi de -5,4%. Já a Receita Líquida das Vendas de Produtos e Serviços atingiu o montante acumulado de R\$ 956,78 milhões.

Em contrapartida, o valor do Custo dos Produtos e Serviços Vendidos (CPV) teve seu reconhecimento integral ao longo do período, acarretando um descasamento com o valor da receita gerada. O montante alcançou o patamar de R\$ 694,8 milhões (redução de 62,8% em relação ao mesmo período do ano anterior), passando a representar 72,6% da Receita Líquida (77,7% no exercício anterior).

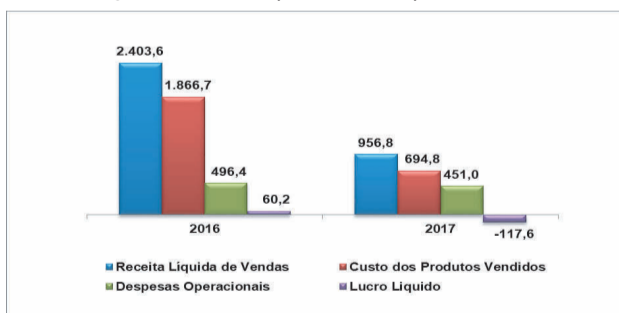
Em virtude da disparidade apresentada, o Lucro Bruto Operacional totalizou R\$ 261,9 milhões, o que representou uma redução de 51,2% comparativamente ao ano anterior.

Com relação ao faturamento de cédulas e moedas para Banco Central, houve um aumento de 24,0% no seu valor total, sendo R\$ 319,2 milhões com as cédulas nacionais e de R\$ 306,0 milhões com as moedas nacionais.

A produção de passaportes para a Polícia Federal, bem como para o Ministério das Relações Exteriores gerou um faturamento de R\$ 196,6 milhões (39,3% maior que o exercício anterior).

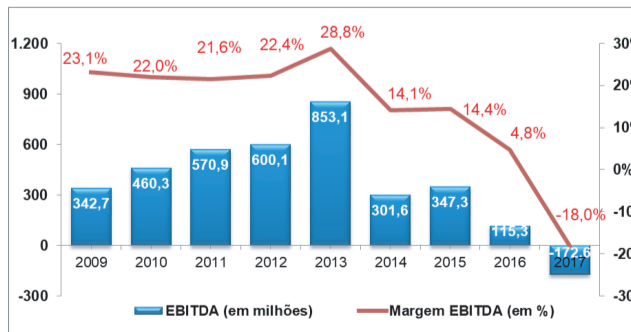
As Despesas Operacionais se mantiveram estáveis em comparação com o exercício anterior, totalizando R\$ 451,0 milhões, o que representa 47,1% da Receita Líquida do exercício.

Composição da Demonstração de Resultado (em R\$ milhões)



No que tange à capacidade de geração de caixa operacional apurada pelo EBITDA (Lucro antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), atingiu-se o montante negativo de R\$ 172,6 milhões (redução de R\$ 287 milhões em relação ao ano anterior), consignando margem EBITDA de - 18,0% em 2017 contra 4,8% em 2016.

EBITDA e Margem



5 Governança Corporativa

Seguindo as práticas de boa governança aplicadas durante o ano de 2017, a CMB vem se esforçando ao máximo para atravessar da melhor forma o momento de crise financeira do país, e para tanto, realizou a reestruturação do organograma da empresa. A ação gerou a extinção de três superintendências, 28 gerências e 100 cargos comissionados. Dessa forma, a reestruturação vai proporcionar à CMB uma economia de cerca R\$ 14,1 milhões ao longo de doze meses. O esforço de reduzir despesas e custos continua como prática constante para enfrentar esse momento de crise.

No campo da governança das aquisições, vale destacar que a CMB editou seu Regulamento Interno de Licitação e Contratos, aprovado pelo CONASD na 246ª Reunião Ordinária, realizada em 26/06/2017, e que está inteiramente adequado ao novo regime jurídico das empresas públicas (Lei 13.303/16). Com isso, antes do prazo estabelecido na referida lei, a empresa já conta com regras e procedimentos adequados a sua dinâmica empresarial, e que conferem maior eficácia aos processos de licitação e contratação. O Regulamento está disponível na internet para consulta de qualquer interessado.

Com o objetivo de demonstrar o comprometimento de maior aderência às disposições estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR), na Instrução Normativa Conjunta nº 001/2016, de 01 de maio de 2016, emitida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Controladoria Geral da União, na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, a Alta Administração da CMB deliberou e aprovou a criação do Departamento de Governança Corporativa – DEGOV, com atribuições de zelar pelo Planejamento Estratégico da CMB, propor e manter atualizadas as Políticas de Conformidade e Gestão de Riscos,

elaborar e acompanhar a execução da Gestão dos Controles Internos, Gestão de Riscos, Normas, Conformidade e Orçamento Empresarial, preparando e divulgando periodicamente aos Administradores da empresa os relatórios de acompanhamento e monitoramento do desempenho da CMB, subsidiando informações de suporte à tomada de decisão superior.

Nesse contexto, neste segundo semestre de 2017 o Departamento de Governança Corporativa – DEGOV já elaborou e apresentou à deliberação da Diretoria Executiva - DIREX e Conselho de Administração – CONSAD, as seguintes propostas de Políticas, Normas de Administração e Criação de Comitês:

- Política de Gestão de Pessoas; Aprovada pelo CONSAD em sua 252ª Reunião Ordinária, ocorrida em 08/12/2017;
- Política de Porta-Vozes da CMB; Aprovada pela DIREX em sua 40ª Reunião de Diretoria, ocorrida em 23/11/2017, e pelo CONSAD em sua 253ª Reunião Ordinária, ocorrida em 25/01/2018;
- Comitê de Gestão de Penalidades; Aprovada pela DIREX em sua 44ª Reunião de Diretoria, ocorrida em 20/12/2017;

Outro fator merecedor de destaque no âmbito da Governança da CMB é a recente obtenção da 1ª Certificação do Indicador de Governança (IG-SEST). O IG-SEST é um instrumento desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP, que têm como objetivo o acompanhamento e avaliação contínuos do cumprimento, pelas empresas estatais federais, dos requisitos exigidos pela Lei nº 13.303/2016 e diretrizes estabelecidas nas Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, que visam implementar as melhores práticas de gestão e governança corporativa.

Neste 1º ano de implantação do IG-SEST, apenas 48 empresas estatais atenderam aos critérios estabelecidos pela SEST e forneceram as diversas informações e evidências para avaliação do nível de governança de cada empresa, o que resultou num ranking de estatais, que passará a ser divulgado anualmente pelo Ministério do Planejamento, em cerimônia específica para essa finalidade.

Relativamente à participação da CMB, dentre o universo de 48 empresas estatais, onde as classificações possíveis evoluem em 04(quatro) Níveis, de 1 até 4, onde o nível 1 representa o maior grau de excelência, e o nível 4 o mais baixo, a Casa da Moeda recebeu certificação de Nível 2 no 1º ciclo de avaliação do Indicador de Governança – IG-SEST, concluído em 31/10/2017. Cabe destacar que apenas 8 empresas atingiram o Nível 1 e outras 4 empresas, atingiram o Nível 2, dentre elas a CMB.

Sobre o *ranking* das estatais, merece destacar também o fato da CMB ter ficado abaixo apenas de Bancos e Sociedades de Economia Mista, como Banco do Brasil - BB, Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Caixa Econômica Federal - CEF, Petrobras e Eletrobrás, que já cumpriam boa parte dos requisitos exigidos para as Sociedades Anônimas (S/A) e que agora serão obrigatórios também para as empresas públicas.

Como iniciativa para fomentar a cultura de compliance na empresa, pode-se mencionar o treinamento realizado pelo DEGOV para os fiscais do Departamento de Qualidade e Meio Ambiente, que contribuiu para reforçar a importância do trabalho da fiscalização da qualidade na empresa, e sua relação com o tema da ética e conformidade. A iniciativa foi o primeiro passo de um projeto que será ampliado em 2018 para formação dos primeiros "embaixadores de compliance" da CMB, encarregados de disseminar a cultura da ética e conformidade na empresa e servir de referência no respectivo departamento.

A Casa da Moeda continua a disponibilizar voluntariamente suas informações por meio de seu endereço na internet, bem como mantém ativo o Sistema de Informações ao Cidadão (SIC), integrante da estrutura da Ouvidoria da empresa, organizando e facilitando o acesso à informação, demonstrando o compromisso permanente com a transparência pública.

6 Gestão de Pessoas

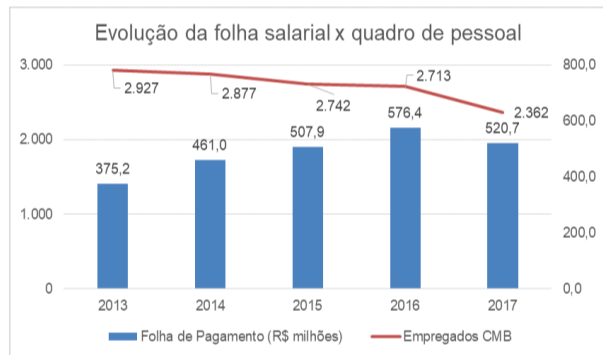
No segmento de Gestão de Pessoas, a CMB foi impactada por dois grandes eventos em 2017: A Reestruturação Organizacional e o Plano de Desligamento Voluntário.

Evolução do Quadro de Pessoal e da Remuneração

A Reestruturação Organizacional ocorreu no mês de julho e impactou na redução de 102 funções comissionadas e economia mensal na folha de pagamento no ordem de R\$ 528,9mil (gratificação e encargos), a partir do segundo semestre de 2017, resultando em economia de aproximadamente R\$3,173 milhões em 2017.

A Casa da Moeda encerrou o exercício de 2017 com 2.362 empregados efetivos, incluindo requisitados e nomeados em cargos de livre provimento. Em relação ao ano anterior, houve uma redução de 350 empregados, destes 333 aderiram ao Plano de Desligamento Voluntário e foram desligados entre julho e novembro de 2017, reduzindo em 12% o quadro de pessoal, e redução mensal da folha de pagamento no ordem de R\$5,4 milhões, equivalente a R\$70,2 milhões após 12(doze) meses, não impactando a força de trabalho da empresa.

Em 2017, não foi realizada a avaliação de desempenho, pois, o Edital de Promoção e Progressão 2016/2017 foi impugnado e ainda não houve resolução quanto a celeuma judicial.



Previdência Complementar

Durante o ano de 2017, a CMB aprovou a proposta de alteração dos regulamentos dos planos, previstos no Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, instrumento que foi firmado entre a CMB, a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), com o intuito de promover o equacionamento do déficit do Plano de Benefício Definido Cifirão (PBCD). A proposta dos regulamentos ainda deverá passar pela análise final da PREVIC.

Também foram desenvolvidas ações visando a melhoria da governança corporativa da CIFRÃO, tais como:

- Orientação e assessoramento técnico aos membros indicados pela CMB nos Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade;
- Realização de auditoria interna periódica sobre as atividades da entidade, com suporte à implementação e acompanhamento de plano de ação para correção e mitigação de eventuais não conformidades;
- Transferência de processos e atividades antes realizados pela Assessoria Especial da Presidência para a estrutura corporativa da CMB, de modo que a AUDIT, o DEGOV e o DEGEP, adquiriram expertise para o maior acompanhamento e fiscalização das atividades desenvolvidas pela entidade;
- Mudança no corpo técnico/operacional da entidade, bem como, indicação de novo Superintendente e Diretor de Seguridade.

Clima Organizacional

Em 2017 não foi realizada uma nova pesquisa de clima organizacional devido à reestruturação ocorrida, bem como o decurso do PDV. Há a expectativa de realização da pesquisa em 2018.

Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas/Competências

Em 2017, a Casa da Moeda deu continuidade às ações educacionais iniciadas em 2016, englobando diversos temas, como Gestão pela Qualidade, Gestão de Negócios, Metalurgia e Ética.

Vale destacar também o início do curso interno de Gestão e Fiscalização de Contratos que tem o objetivo de instrumentalizar os gestores sobre as práticas internas de gestão.

O quantitativo de participações e de investimentos em treinamento no período de 2013 a 2017 está demonstrado abaixo:

	2013	2014	2015	2016	2017
TREINAMENTOS					
Participações	17.016	17.891	14.279	11.073	5.659
Investimentos	1.542.929,84	1.262.305,02	745.107,00	900.991,22	721.696,48

Considerando a reestruturação ocorrida em julho/2017, a área de capacitação da empresa passou a ser gerenciada pelo DEGEP. Com as mudanças ocorridas, um novo olhar foi dado e algumas ações foram redesenhadas, considerando a nova Diretoria e ainda o orçamento da empresa, o que acarretou numa redução nas participações em ações educacionais.

Para 2018, a CMB está elaborando um modelo de planejamento educacional que será pautado em 05 dimensões de conhecimentos: Liderança, Exigência Legal, Institucional, Técnica e Especialização. Ainda há a intenção de realizar um estudo para disponibilizar um Ambiente Virtual de Aprendizagem aos empregados da CMB, visando assim, atender de forma amplas as diversas dimensões propostas.

Encontra-se em fase de ajuste a elaboração da Trilha de Conhecimentos pautado nas competências e alinhado com o planejamento estratégico.

A CMB também tem a intenção de revisar o Plano de Cargos Carreiras e Salários e o Plano de Função Comissionadas e Assessoramento.

Estes documentos auxiliarão a elaboração dos próximos planejamentos educacionais.

7 Dimensão Sociocultural

A Casa da Moeda atua de forma socialmente responsável e desenvolve ações que visam agregar valor social e contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Algumas dessas iniciativas, desenvolvidas em 2017, estão descritas a seguir.

Programa Jovem Aprendiz

A Casa da Moeda do Brasil em atendimento à Lei de aprendizagem participa do Programa Jovem Aprendiz, com geração de renda para as comunidades do entorno da Casa da Moeda (Bairros de Santa Cruz, Itaguaí e Seropédica). O objetivo do programa é não somente gerar renda para este público, mas também promover o desenvolvimento pessoal e capacitá-los para o mercado de trabalho. A proposta é que por meio de convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem - SENAI, o jovem aprendiz tenha formação técnico- profissional no curso de Assistente Administrativo.

O Programa tem duração de 12 a 14 meses de duração e assegura aos jovens aprendizes os direitos trabalhistas. Atualmente, a empresa atende a 92 (noventa e dois) jovens aprendizes, cumprindo assim a cota legal.

O candidato ao programa Jovem Aprendiz deve estar matriculado em instituição de ensino e frequentando a escola, caso não tenha concluído o ensino médio e ter idade entre 14 e 24 anos. A carga horária é de 4 (quatro) horas diárias, de

segunda a sexta-feira, em um total de 20 horas semanais.

Museu e Centro Cultural da Casa da Moeda do Brasil (MCMB)

A Casa da Moeda do Brasil é empresa de Estado, comprometida com ações de cidadania voltadas à democratização da cultura nacional e divulgação de seus produtos e de sua própria cultura tricentenária.

A instalação do MCMB no imóvel que abrigou o primeiro museu do país é emblemática e disponibilizará ao público em geral, e especialmente aos estudantes e profissionais das áreas de design e engenharia gráfica de segurança, numismatas e filatelistas, um local de fomento dos conceitos e da Cultura Moedeira, preenchendo finalmente a lacuna do "como se faz" dos produtos CMB, divulgando e fortalecendo a Marca CMB pela ação cidadã de criar e gerir um equipamento cultural de grande porte, o que se vê cada dia mais natural em diversos cases de sucesso de outras empresas de governo, tais como: Centro Cultural do Banco do Brasil, Museu dos Correios, Museu de Valores do Banco Central, Caixa Cultural, Centro Cultural da Justiça Federal e outros.

O MCMB deverá funcionar como um espaço dinâmico e aberto a todos os interessados em conhecer a história do desenvolvimento da indústria gráfica e metalúrgica de segurança no Brasil ao longo dos mais de três séculos de funcionamento ininterrupto da CMB.

Nesse viés, o projeto museológico contemplará a realização de Exposições de longa duração sobre o conceito Casa da Moeda, bem como atrativas exposições temporárias de natureza técnica e artística, além de programação Cultural de Cinema e Teatro.

Clube da Medalha do Brasil

Criado em 03 de março de 1977, o Clube da Medalha do Brasil fomenta o colecionismo de medalhas por meio do lançamento de peças comemorativas alusivas a fatos e acontecimentos que marcam a história de um povo, de uma raça e de uma nação.

Em 2017 a Casa da Moeda do Brasil realizou nove lançamentos do Calendário Medalhístico. Os temas, cuidadosamente escolhidos por uma comissão, foram: São Jorge, 100 Anos da Aparição de N. Sª de Fátima, Homenagem ao Amor, 200 Anos do Hospital Militar de Recife, 70 anos da Federação do Comércio de Bens Serviços e Turismo da Bahia (FECOMÉRCIO), 300 Anos de N.Sª Aparecida, 100 Anos do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), 100 Anos de Nascimento de Abelardo Barbosa (Chacrinha) e Romero Britto. Entre os lançamentos citados, destaca-se a medalha de N. Sª Aparecida, a primeira a utilizar a tecnologia de tampografia, que permite colorir as medalhas.

Além do Calendário Medalhístico, foram lançadas medalhas, sob encomenda, para seis clientes: Câmara de Araxá, Instituto Rio Branco, Ministério da Cultura, Ministério Público Federal, Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro e Medicina UFRJ.

8 Sustentabilidade

Consciente de sua responsabilidade socioambiental, a Casa da Moeda busca desenvolver ações que equilibram o crescimento econômico com a proteção do meio ambiente, garantindo que as gerações futuras tenham acesso aos mesmos recursos naturais disponíveis nos dias de hoje.

São apresentados a seguir alguns projetos e programas desenvolvidos e/ou continuados em 2017, que demonstram o compromisso da CMB com o desenvolvimento sustentável.

Gestão de Efluentes Líquidos

A CMB mantém em seu parque fabril estações de tratamento de efluentes industriais e sanitário, oriundos das atividades metalúrgicas, gráficas, dos laboratórios químico e de controle de qualidade, das áreas de utilidades, dos restaurantes e das atividades humanas. O objetivo dos tratamentos é a adequação dos efluentes aos parâmetros definidos em legislação. Além de adequar os efluentes, a CMB busca minimizar o impacto ambiental de suas atividades.

A Estação de Tratamento de Efluente Industrial (ETEI) trata os efluentes industriais gráficos da produção de cédulas e de outros impressos de segurança, recuperando até 90% da solução de limpeza, economizando, assim, água e produtos químicos que compõem a solução. Desde o início da operação, em maio de 2013, até o final do ano de 2017, já foram economizados 43,73 milhões de litros de água, o equivalente a 17,5 piscinas olímpicas.

Para o efluente (esgoto) sanitário, está em andamento a construção da Estação de Tratamento de Efluente Sanitário (ETE Sanitário) e o sistema de reuso de água tratada. Esta ETE Sanitário terá a capacidade de tratar todo o esgoto gerado no parque industrial e nas áreas administrativas em Santa Cruz e será capaz de convertê-lo em água de reuso, para uso em processos industriais, irrigação de jardins, lavagens de pisos e de veículos e em descargas sanitárias. A geração de água de reuso é estimada em 330.000 litros/dia e, quando estiver pronto, a CMB deixará de utilizar esta quantidade de água da concessionária, deixando-a disponível para a população em geral. Esta quantidade de água é capaz de suprir o consumo de 3.000 pessoas (usando como base o consumo da ONU de 110 litros de água por pessoa por dia).

Gestão de Resíduos Sólidos

A CMB dispõe de uma Central de Resíduos em uma área de cerca de 5 mil metros quadrados, com instalações modernas e construídas segundo diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para armazenagem temporária de resíduos Classe I – Perigosos e Classe II – Não Perigosos, incluindo os resíduos recicláveis.

Como resultado do incremento de estudos para soluções mais sustentáveis para destinação final dos resíduos sólidos gerados em seu Parque Fabril, a CMB enviou, em 2017, cerca de 1.200 toneladas (53,7% do total de resíduos sólidos gerados) para os processos de Reciclagem, Refino de Óleos, Coprocessamento em Fornos para Produção de Cimento e Compostagem para produção de adubos orgânicos.

Alinhada aos princípios e metas do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), e em cumprimento ao Decreto nº5940/2006, a CMB mantém participação ativa no Programa de Coleta Seletiva Solidária, através de doação de resíduos recicláveis à Cooperativas de Catadores. Em 2017, a CMB doou em torno de 130 toneladas para as cooperativas, contribuindo para a inclusão social e econômica desses trabalhadores.

Gestão de Emissões Atmosféricas

- Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas:

Semestralmente, a CMB realiza a medição e análise das emissões atmosféricas das principais fontes fixas de gases poluentes, decorrentes da sua atividade industrial. As medições e o reporte são feitos de acordo com as diretrizes constantes no Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas Para a Atmosfera (PROMON AR), estabelecido pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, conforme condicionante da Licença de Operação e Recuperação (LOR).

- Inventário de Emissões de gases do Efeito Estufa (GEE):

A CMB é integrante do Programa Brasileiro GHG Protocol, tendo elaborado e publicado o inventário anual de emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Registro Público de Emissões, nos anos de 2013 a 2017. Os dados dos inventários foram verificados por organismos de terceira parte acreditados, agregando mais credibilidade e qualidade no processo de mensuração e relato das emissões de GEE. A CMB obteve a Qualificação na categoria Ouro para todos os seus Inventários de GEE.

Projeto de Reflorestamento

Com o objetivo de neutralizar as emissões de gases do efeito estufa (GEE) decorrentes de suas operações, a CMB firmou, em 2013, um Termo de Compromisso para Implantação do Programa "Carbono Zero", uma iniciativa voluntária para implementação do projeto de reflorestamento na Reserva Biológica União, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Após o plantio de 205 mil mudas nativas da Mata Atlântica, 56% de toda a área degradada da reserva foi restaurada.

Tal iniciativa possibilitará a ampliação do habitat do Mico-Leão-Dourado, espécie de primata endêmico da região e que está ameaçada de extinção, que também é retratado na cédula de R\$ 20, fato este que reforçou a escolha da Reserva pela CMB para execução do reflorestamento. Outros benefícios apresentados com o plantio das mudas incluem a formação de nuvens, a reflexão solar e a redução significativa de CO2, através da absorção deste elemento pela flora no processo de fotossíntese.

Certificação FSC

Em 2016, a Casa da Moeda conquistou a certificação FSC, organização não governamental de atuação internacional representada no Brasil pelo Conselho Brasileiro de Manejo Florestal. Tal certificação tem sido exigida por clientes e vista pelo mercado como uma garantia de produção responsável.

Em 2017 a empresa passou por uma auditoria que buscou verificar a aderência da empresa à norma FSC. O que garantiu a manutenção da certificação FSC da Casa moeda, com possibilidade de ampliação do escopo futuramente.

Certificações ISO 9001, ISO 14001 E OHSAS 18001

A empresa passou por auditoria para recertificação dos sistemas de gestão baseados nas normas ISO 14001 e OHSAS 18001, que especificam requisitos mínimos para Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) e Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (SST) respectivamente.

O número de não conformidades apresentou expressivo declínio em relação à auditoria de certificação de 2015, passando de 56 para apenas 6 na recertificação do exercício 2017, demonstrando a melhoria contínua e aperfeiçoamento desses sistemas de gestão.

Quanto ao certificado ISO 9001, que trata do sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), no qual a Casa da Moeda é certificada desde 1997, a empresa demonstra um sistema já maduro, se atualizando a cada nova versão da Norma.

As Normas ISO 14001 e ISO 9001 sofreram atualizações em 2015 e a CMB, e a CMB vem se preparando para a migração de versão que deve acontecer até abril de 2018, antes do vencimento dos nossos certificados.

Relatório de Sustentabilidade

Em 2017, a Casa da Moeda publicou seu primeiro relatório de sustentabilidade baseado na Global Reporting Initiative (GRI), uma instituição internacional que define diretrizes padronizadas para a elaboração do documento e tem como objetivo informar o que, de fato, importa aos nossos públicos de interesse, dando maior publicidade dos resultados da empresa, além de transparência para gestão da organização.

A CMB é a primeira Casa da Moeda no mundo a publicar o Relatório de Sustentabilidade 100% no modelo GRI-G4, que atualmente é considerado o mais completo e mundialmente difundido. Essa edição reúne informações sobre o desempenho social, ambiental e econômico da empresa, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016.

É possível acessar o arquivo com a íntegra do relatório no site da Casa da Moeda nas versões português, inglês e espanhol.

9 FUTURO

Embora o ano de 2017 tenha sido adverso para a CMB, principalmente em função da ocorrência de fatores exógenos que repercutiram em perda expressiva de receita operacional e que trouxe repercussão direta no desempenho da Casa da Moeda no exercício, a alta administração e os empregados atuaram de forma integrada e compromissada no sentido de reduzir gastos, custos e despesas, inovar e melhorar os processos internos de modo a obter ganhos de eficiência e eficácia que recuperem a competitividade da CMB a partir de 2018.

Nessas condições, para alcançar a sua nova Visão de Futuro, a Casa da Moeda do Brasil continuará, de forma permanente, a adotar ações que alavanquem a competitividade da empresa, atendam e superem as expectativas de seus clientes atuais e, nesse sentido, aprofunde as medidas já implementadas com projetos inovadores, na busca de soluções em produtos e serviços que conquistem novos clientes, sejam eles do mercado brasileiro ou internacional, público ou privado, ampliando e diversificando seu portfólio de produtos, serviços e clientes.

**BALANÇO PATRIMONIAL
EXERCÍCIO DE 2017
(EM REAIS)**

A T I V O		31.12.2017	31.12.2016	P A S S I V O		31.12.2017	31.12.2016
CIRCULANTE	NOTA	694.879.475,18	1.355.280.069,52	CIRCULANTE	NOTA	384.617.421,86	668.721.881,30
DISPONÍVEL		241.579.989,83	523.683.751,00	FORNECEDORES	(7.1)	42.313.061,22	36.951.290,32
BANCOS CONTA MOVIMENTO		17.669.158,99	9.331.422,99	EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	(7.2)	22.860.953,92	12.886.417,61
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	(4.1)	223.910.830,84	514.352.328,01	DIVIDENDOS A PAGAR	(9.0)	-	-
VALORES A RECEBER A CURTO PRAZO		268.589.151,10	657.635.991,19	PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(7.3)	3.688.783,06	3.701.147,02
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(4.2)	57.375.064,70	67.476.576,72	REMUNERAÇÃO ADICIONAL VARIÁVEL DOS DIRIGENTES	(7.4)	869.455,72	869.455,72
(-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(4.2)	(181.638,34)	(9.349.763,90)	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	(7.5)	9.967.176,54	13.159.173,23
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(4.3)	97.285.393,38	437.125.743,49	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(8.1)	54.269.426,44	62.874.687,33
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	(4.4)	4.345.723,89	7.834.816,48	ADICIONAMENTO DE ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA DA CMB	(15.0)	-	-
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(4.5)	106.263.803,57	150.400.683,09	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(7.6)	30.962.729,68	51.402.953,63
OUTROS VALORES A RECEBER	(4.6)	3.500.803,90	4.147.935,31	PROVISÃO PARA CUSTOS E SERVIÇOS A FATURAR	(7.7)	169.351.279,02	408.217.723,86
ESTOQUES	(4.7)	184.323.854,72	173.130.669,44	PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(7.8)	-	17.012.015,73
PRODUTOS ACABADOS		87.171.802,86	57.470.715,10	PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.8)	-	6.022.173,77
PRODUTOS EM PROCESSO		9.461.549,23	8.414.795,88	PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	(7.2.1)	37.122.308,68	46.136.341,01
MATÉRIA-PRIMA		69.836.694,25	90.843.152,01	OUTRAS OBRIGAÇÕES	(7.9)	5.396.657,16	1.820.889,55
ALMOXARIFADO		17.492.440,88	16.402.006,45				
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO		361.367,50	-				
DESPESAS ANTECIPADAS	(4.8)	386.479,53	829.657,89				
NÃO CIRCULANTE	NOTA	2.337.810.927,61	1.776.844.666,42	NÃO CIRCULANTE	NOTA	531.385.347,45	217.006.200,65
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.616.693.340,38	1.014.506.885,33	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(8.1)	50.000.000,00	100.000.000,00
CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(5.1)	46.973.103,11	2.658.852,03	OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(15.0)	48.077.491,91	38.877.226,87
SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(5.2)	619.830.107,44	182.704.363,95	PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	(8.2)	14.568.855,63	13.545.061,70
(-) PROV. P/PERDAS ESTIMADAS EM CRÉD. LIQ.DUVIDOSA	(5.3)	(53.100.559,29)	(81.037.442,13)	PROVISÃO P/CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	(8.3)	391.930.160,84	64.583.912,08
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(5.4)	956.471.600,85	868.194.757,51	OUTRAS CONTAS A PAGAR	(8.4)	26.808.839,07	-
CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS	(5.5)	16.249.885,62	17.647.400,04				
DEPÓSITO JUDICIAL/RECURSAL	(5.6)	27.859.976,55	22.014.085,91				
INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	(5.7)	569.139,92	569.139,92				
(-) PROVISÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS	(5.7)	(37.663,29)	(26.378,82)				
OUTROS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(5.8)	1.877.749,47	1.782.106,92				
INVESTIMENTOS		493.388,63	1.562,61				
PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS	(6.1)	1.669.906,59	1.669.906,59	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2.116.687.633,48	2.246.396.653,99
(-) PROV. P/PERDA DE INVEST. POR INCENT. FISCAIS	(6.1)	(1.667.484,87)	(1.668.343,98)	CAPITAL SOCIAL	(10)	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
OBRAS DE ARTE		490.966,91	-	RESERVAS DE LUCRO	(11.1)	756.009.819,39	885.718.839,90
IMOBILIZADO TÉCNICO	(6.2.1)	712.342.846,07	756.951.923,14	RESERVA LEGAL	(11.1.1)	18.576.654,14	18.576.654,14
BENS VALORES CORRIGIDOS		1.457.436.900,67	1.437.907.317,21	RESERVA PARA INVESTIMENTOS	(11.1.3)	706.558.870,58	809.863.466,32
(-) DEPRECIACÕES		(765.138.754,46)	(701.064.073,07)	RESERVA ESPECIAL	(9.0)	-	14.291.822,11
(-) RED. AO VR. RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	(6.2.1.1)	-	(900.095,09)	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL DE PREV. PRIVADA	(16.0)	30.874.294,67	42.986.897,33
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	(6.2.1.1)	10.757.445,81	20.471.372,87				
IMPORTAÇÕES EM ANDAMENTO	(6.2.1.1)	9.287.254,05	537.401,22				
INTANGÍVEL	(6.3)	8.281.352,53	5.384.295,34				
T O T A L		3.032.690.402,79	3.132.124.735,94	T O T A L		3.032.690.402,79	3.132.124.735,94

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIO DE 2017**

D E S C R I Ç Ã O	NOTA	E M R E A I S	
		31.12.2017	31.12.2016
I - FATURAMENTO BRUTO		960.508.377,86	2.408.843.412,80
(-) IPI CONTIDO NO FATURAMENTO BRUTO		191.351,90	387.259,29
II - RECEITA BRUTA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS	(12.1)	960.317.025,96	2.408.456.153,51
DEDUÇÕES DAS VENDAS		3.528.533,26	4.813.148,87
(-)IMPOSTO S/CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	(12.2)	1.073.161,29	1.265.633,78
(-)IMPOSTO S/SERVIÇOS	(12.2)	866.129,49	1.013.424,82
(-)PASEP S/FATURAMENTO	(12.2)	261.373,14	396.370,11
(-)COFINS S/FATURAMENTO	(12.2)	1.218.218,14	1.829.326,96
(-)DEVOLUÇÕES DE VENDAS	(12.2)	109.651,20	308.393,20
III - RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS		956.788.492,70	2.403.643.004,64
IV - CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(12.2)	694.831.611,31	1.866.667.831,89
V - LUCRO BRUTO OPERACIONAL	(12.2)	261.956.881,39	536.975.172,75
VI - DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS		451.043.106,76	496.413.989,86
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		447.961.588,04	429.547.070,81
DESPESAS COM PESSOAL	(12.3)	352.313.844,68	332.500.804,07
DESPESAS COM MATERIAIS	(12.3)	8.200.059,25	4.532.225,66
DESPESAS COM SERVIÇOS	(12.3)	70.992.356,25	76.370.379,06
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(12.3)	16.455.327,86	16.143.662,02
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(12.3)	6.740.906,84	3.869.897,37
OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - LÍQUIDAS	(12.3)	(3.659.388,12)	62.997.021,68
VII - RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		(189.086.225,37)	40.561.182,89
VIII - RESULTADO FINANCEIRO		71.489.807,52	42.649.099,72
RECEITAS FINANCEIRAS	(12.4)	94.265.490,81	95.575.391,20
DESPESAS FINANCEIRAS	(12.4)	22.775.683,29	52.926.291,48
IX - RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(117.596.417,85)	83.210.282,61
X - PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	(7.8)	-	(17.012.015,73)
XI - PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(7.8)	-	(6.022.173,77)
VIII - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(9.0)	(117.596.417,85)	60.176.093,11

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2017
(EM REAIS)**

D E S C R I Ç Ã O	CAPITAL	R E S E R V A S D E L U C R O S				LUCRO (PREJUÍZO) ACUMULADO	TOTAL
		LEGAL	INVESTIMENTOS	ESPECIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ATUARIAL		
SALDO EM 31/12/2015	1.360.677.814,09	15.567.849,48	766.987.999,98	0,00	3.775.356,20	0,00	2.147.009.019,75
1. LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(9.0)	0,00	0,00	0,00	0,00	60.176.093,11	60.176.093,11
2. DESTINAÇÃO DO RESULTADO:		-	-	-	-	-	-
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA LEGAL	(9.0)	0,00	3.008.804,66	0,00	0,00	(3.008.804,66)	0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	(9.0)	0,00	0,00	42.875.466,34	0,00	(42.875.466,34)	0,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE DIVIDENDOS OBRIGATORIOS Ñ-DISTRIBUIDOS	(9.0)	0,00	0,00	0,00	14.291.822,11	(14.291.822,11)	0,00
3. SUPERÁVIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	(13.0)	0,00	0,00	0,00	39.211.541,13	0,00	39.211.541,13
SALDO EM 31/12/2016	1.360.677.814,09	18.576.654,14	809.863.466,32	14.291.822,11	42.986.897,33	0,00	2.246.396.653,99
SALDO EM 31/12/2016	1.360.677.814,09	18.576.654,14	809.863.466,32	14.291.822,11	42.986.897,33	0,00	2.246.396.653,99
1. PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:	(9.0)	0,00	0,00	0,00	0,00	(117.596.417,85)	(117.596.417,85)
2. COMPENSAÇÃO DO RESULTADO:		-	-	-	-	-	-
COMPENSAÇÃO DE RESERVA P/ INVESTIMENTOS	(11.1.3)	0,00	0,00	(103.304.595,74)	(14.291.822,11)	117.596.417,85	0,00
COMPENSAÇÃO DE RESERVA DE DIVIDENDOS OBRIGATORIOS Ñ-DISTRIBUIDOS	(11.1.2)	0,00	0,00	(103.304.595,74)	0,00	103.304.595,74	0,00
3. DÉFICIT ATUARIAL DE PREVIDENCIA PRIVADA:	(15.0)	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.112.602,66)	(12.112.602,66)
SALDO EM 31/12/2017	1.360.677.814,09	18.576.654,14	706.558.870,58	0,00	30.874.294,67	0,00	2.116.687.633,48

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIO DE 2017
 (EM REAIS)

D E S C R I Ç Ã O	MÉTODOS INDIRETOS	
	31.12.2017	31.12.2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO	(117.596.417,85)	60.176.093,11
<u>AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM ENTRADA OU SAÍDA DE CAIXA:</u>		
DESPESAS FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO	60.935,84	444.009,03
PROVISÃO PARA CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	(37.105.008,40)	60.446.597,64
PROVISÃO/REVERSÃO P/PERDA DE INVEST. TEMPORÁRIOS E P/INCENTIVOS FISCAIS	10.425,36	(83.802,58)
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	66.724.709,91	74.740.232,78
REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)	(900.095,09)	-
REVERSÃO/PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES	1.023.793,93	8.498.854,31
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	(87.781.656,30)	204.221.984,29
AUMENTO/REDUÇÃO NOS ATIVOS:		
AUMENTO EM CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(34.212.739,06)	38.074.098,46
AUMENTO EM SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR	(97.285.393,38)	(146.460.543,80)
REDUÇÃO EM ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	3.489.092,59	205.630,95
AUMENTO EM IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR	(44.139.963,82)	(56.005.139,19)
AUMENTO EM DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	(5.845.890,64)	(4.840.838,40)
REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS	647.131,41	(46.236,91)
AUMENTO EM ESTOQUES	(11.193.185,28)	51.350.831,51
REDUÇÃO EM DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	443.178,36	(605.419,63)
TOTAL: AUMENTO NOS ATIVOS	(188.097.769,82)	(118.327.617,01)
AUMENTO/REDUÇÃO NOS PASSIVOS:		
AUMENTO EM FORNECEDORES	93.841.574,82	164.892.904,79
AUMENTO EM EXIGIBILIDADES COM PESSOAL E ENCARGOS	9.974.536,31	(114.431,82)
REDUÇÃO EM PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS E DIRIGENTES NO LUCRO	(12.363,96)	(24.287.540,45)
REDUÇÃO EM IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(3.191.996,69)	4.663.435,99
REDUÇÃO EM OBRIGAÇÃO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA	(2.825.295,56)	4.346.247,21
REDUÇÃO EM PROVISÕES P/I.R.P.J E P/CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(23.034.189,50)	23.034.189,50
REDUÇÃO EM PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS	(9.014.032,33)	940.459,03
REDUÇÃO EM ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	(20.440.223,95)	(174.769.732,62)
AUMENTO EM OUTRAS OBRIGAÇÕES	30.384.606,68	214.151,71
TOTAL: AUMENTO NOS PASSIVOS	75.682.615,82	(1.080.316,66)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(200.196.810,30)	84.814.050,62
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
REDUÇÃO EM OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	1.301.871,87	230.178,26
AQUISIÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO	(24.603.561,85)	(14.046.042,11)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(23.301.689,98)	(13.815.863,85)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
DIVIDENDOS PAGO	-	(112.991.451,53)
REDUÇÃO EM EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	(58.605.260,89)	(52.512.342,97)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(58.605.260,89)	(165.503.794,50)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(282.103.761,17)	(94.505.607,73)

DESCRIÇÃO	DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA	
	R\$	
SALDO DO CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	523.683.751,00	618.189.358,73
SALDO DO CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	241.579.989,83	523.683.751,00
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	(282.103.761,17)	(94.505.607,73)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Apresentamos a Demonstração do Valor Adicionado, com o objetivo de mensurar o valor da contribuição da Empresa para geração da Riqueza Nacional, e explicitar a distribuição para a sociedade na forma de Remuneração do Trabalho, Governo e Acionista.

DESCRIÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
1 - RECEITAS	997.503.735,06	2.348.088.421,96
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	960.225.259,06	2.408.635.297,30
1.2) Outras Receitas	283.118,80	208.115,50
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	0,00	0,00
1.4) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Reversão/(Constituição)	(37.105.008,40)	60.446.597,64
1.5) Deduções de Vendas	109.651,20	308.393,20
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	473.983.193,00	1.590.907.635,71
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	359.446.952,72	1.497.540.017,00
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	114.525.814,92	88.680.902,73
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	10.425,36	4.686.715,98
2.4) Créditos Tributários	0,00	0,00
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	523.520.542,06	757.180.786,25
4 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	66.724.709,91	74.740.232,78
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	456.795.832,15	682.440.553,47
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	99.940.811,11	112.245.079,17
6.1) Receitas financeiras	94.032.857,33	95.565.036,67
6.2) Dividendos	232.633,48	10.354,53
6.3) Outras Receitas	5.675.320,30	16.669.687,97
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	556.736.643,26	794.685.632,64
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	556.736.643,26	794.685.632,64
8.1) Pessoal	556.840.659,26	553.199.679,50
8.1.1 - Remuneração direta	379.987.233,88	400.626.711,94
8.1.2 - Benefícios	155.336.352,08	128.436.590,09
8.1.3 - F.G.T.S.	21.517.073,30	24.136.377,47
8.2) Impostos, taxas e contribuições	96.136.868,15	128.621.387,45
8.2.1 - Federais	93.747.097,24	126.010.897,85
8.2.2 - Estaduais	1.390.389,29	1.572.222,06
8.2.3 - Municipais	999.381,62	1.038.267,54
8.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	21.355.533,70	52.688.472,58
8.3.1 - Juros	18.602.371,83	49.739.045,53
8.3.2 - Aluguéis	2.753.161,87	2.949.427,05
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(117.596.417,85)	60.176.093,11
8.4.1 - Dividendos	0,00	0,00
8.4.2 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(117.596.417,85)	60.176.093,11

A Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO DE 2017

D E S C R I Ç Ã O	EM REAIS	
	31.12.2017	31.12.2016
I - LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(117.596.417,85)	60.176.093,11
(+/-) Superávit (Deficit) Atuarial de Previdência Privada	(12.112.602,66)	39.211.541,13
II - TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(129.709.020,51)	99.387.634,24

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União, com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-100, possuindo como atividade principal em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda, moeda metálica, cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal; além das atividades de selos de rastreamento de controle fiscal.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31/12/2017, em moeda corrente nacional (R\$), utilizando 02 (duas) casas decimais, seguindo as Práticas Contábeis Brasileiras e compreendem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, conforme nota explicativa de principais práticas contábeis.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5.3 – Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa
- Nota 8.2 – Provisão para Passivos Contingentes

O Conselho de Administração da Empresa, em reunião realizada em 09 de março de 2018, autorizou a divulgação destas Demonstrações Contábeis.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Os Bens, Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

b) Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

c) As Aplicações Financeiras estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31/12/2017 com apropriação dos tributos incidentes sobre as aplicações.

d) O Contas a Receber é contabilizado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida sendo deduzidas as perdas por crédito de liquidação duvidosa. A perda é reconhecida no resultado como outras despesas e receitas operacionais.

e) A Provisão de Serviço a Faturar é contabilizada baseada em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa de Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS) administrado pela Receita Federal do Brasil, devido a retenção de 30% DRU (Desvinculação de Receita da União) conforme Emenda Constitucional nº 93.

f) Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição. O valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição atual.

g) Os Investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição e/ou cotação de mercado, se esta for menor.

h) O Imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment). O método de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica dos bens, revisando anualmente a vida útil dos bens, conforme determinado pela Lei nº 11.638/2007.

i) O Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment). É composto por Softwares, sendo que o método de amortização empregado foi o da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007.

j) A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

k) A forma de tributação, base para constituição da Provisão para Imposto de Renda, alíquota de 15% e adicional de 10% e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, alíquota de 9%, é a do Lucro Real Anual conforme legislação em vigor.

NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE
4.1 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da Resolução nº 4.034/2011, do Banco Central do Brasil, na qual comunica da deliberação do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado e Caixa Econômica Federal – CEF, no Fundo Caixa FI Extra Mercado Comum IRFM.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
BANCO DO BRASIL	162.746.318,68	458.089.424,19
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	61.164.512,16	56.262.903,82
TOTAL	223.910.830,84	514.352.328,01

RECEITA FINANCEIRA	31/12/2016	
	31/12/2017	31/12/2016
RENDIMENTOS AUFERIDOS	33.755.794,11	65.741.699,54
TOTAL	33.755.794,11	65.741.699,54

4.2 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

CLIENTES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Departamento de Polícia Federal	51.038.609,17	26.553.605,79
Sicobe - Envasadoras	-	28.706.701,37
UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM	-	8.242.431,01
Ministério das Relações Exteriores	4.580.740,50	-
Gold Credit Banco de Bullion	-	2.266.140,00
Banco Central da Venezuela	-	1.136.199,59
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM SP	895.133,21	-
Companhia do Metropolitan de São Paulo - Metrô SP	560.400,00	-
Outros	300.181,82	571.498,96
TOTAL	57.375.064,70	67.476.576,72

Esta rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2017, sendo as variações mais relevantes em comparação ao exercício de 2016 os saldos a receber do Departamento de Polícia Federal apresentando aumento no montante de R\$ 24.485.003,38 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, três reais e trinta e oito centavos) e do Ministério das Relações Exteriores apresentando saldo em aberto no montante de R\$ 4.580.740,50 (quatro milhões, quinhentos e oitenta mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta centavos) em função de valores recebidos no decorrer do exercício de 2017.

Cabe destacar que os saldos a receber dos clientes do Programa SICOBÉ – Envasadores, da UTE – União Transitória de Empresas - CMB/SECM, da Gold Credit Banco Bullion e do Banco Central da Venezuela foram transferidos para o Ativo não Circulante, em virtude de apresentarem valores recebíveis após o término do exercício social subsequente.

Para os Clientes Comerciais foi constituída Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 181.638,34 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos), provenientes de transações operacionais de vendas ou serviços prestados em aberto com mais de 180 dias, até 31/12/2017.

4.3 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR

A Provisão de Serviço a Faturar é contabilizada baseada em 70% leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SICOBÉ/SCORPIOS administrado pela Receita Federal do Brasil, devido a retenção de 30% DRU (Desvinculação de Receita da União) conforme Emenda Constitucional nº 93.

SERVIÇOS A FATURAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
SICOBÉ	-	398.844.537,59
SCORPIOS	97.285.393,38	38.281.205,90
TOTAL	97.285.393,38	437.125.743,49

A ausência de serviços a faturar para o programa Sistema de Controle de Bebidas (SICOBÉ) em 2017 justifica-se pela suspensão, em dezembro de 2016, da obrigatoriedade do programa, através do Ato Declaratório Executivo (ADE) nº 75/2016. O montante de R\$ 437.125.743,49 (quatrocentos e trinta e sete milhões, cento e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos) refere-se ao saldo a receber até dezembro de 2016 dos programas SICOBÉ e SCORPIOS foi transferido para ativo não circulante realizável a longo prazo.

O aumento no saldo do programa SCORPIOS decorre do não recebimento dos serviços prestados em 2017.

Em 08 de setembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção.

A Secretária de Tesouro Nacional – STN procedeu a ajuste nos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

Desse modo, a STN através da criação do código receita fonte 74 – taxa de poder de polícia registrado no Ministério da Fazenda inviabilizou o acesso da CMB aos recursos, conforme informado através do Ofício nº 03/2017/SUPOF/STN/MF-DF da Secretária do Tesouro Nacional.

4.4 – ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O valor de R\$ 4.332.464,47 (quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/43 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.332.464,47	7.834.816,48
TOTAL	4.332.464,47	7.834.816,48

4.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE CURTO PRAZO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
IPI A COMPENSAR	10.244.975,16	10.439.485,04
ICMS A COMPENSAR	12.891.905,57	10.417.231,34
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	59.904.523,90	106.359.568,52
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras	4.622.073,96	3.787.578,48
IRRF A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	158.209,55	2.290.124,14
OUTROS TRIBUTOS	18.442.115,43	17.106.695,57
TOTAL	106.263.803,57	150.400.683,09

Os valores de R\$ 10.244.975,16 (dez milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos), R\$ 12.891.905,57 (doze milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos), referem-se a créditos tributários provenientes de aquisição de insumos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social a Recuperar no valor de R\$ 59.904.523,90 (cinquenta e nove milhões, novecentos e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa centavos) são créditos tributários acumulados e corrigidos monetariamente pela Taxa Selic provenientes de saldos credores de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais. O valor de R\$ 4.622.073,96 (quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, setenta e três reais e seis centavos) refere-se ao saldo de IRRF incidentes no ganho de aplicações financeiras. O saldo de R\$ 158.209,55 (cento e cinquenta e oito mil, duzentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos) é proveniente de retenções por parte de órgãos públicos na ocasião da liquidação de novas notas fiscais de faturamento. O saldo de Outros Tributos, no valor de R\$ 18.442.115,43 (dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e quinze reais e quarenta e três centavos), é referente, preponderantemente, à créditos de PIS/PASEP e COFINS na aquisição de insumos no ano de 2017.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
PESSOAL CEDIDO	2.225.256,13	2.552.853,79
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.053.967,05	1.295.996,92
VALORES A RECEBER DE EMPREGADOS AFASTADOS	221.580,72	204.536,87
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	0,00	94.547,73
TOTAL	3.500.803,90	4.147.935,31

4.6.1 – CRÉDITO DE PESSOAL CEDIDO

O saldo da Conta Crédito de Pessoal Cedido corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB pelos Órgãos abaixo mencionados referentes às remunerações de empregados desta empresa, cedidos aos Órgãos. Cabe ressaltar que tais empregados são os que retornaram ao CMB, conforme anistia reconhecida pela Lei nº 8.878/1994, e cuja cessão é amparada pela Orientação Normativa MPOG/RH, de 09/07/2008. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais.

CRÉDITO PESSOAL CEDIDO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	PERCENTUAL
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	484.888,27	21,79%
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	397.640,07	17,87%
Inst Federal de Educ. Ciência e Tec. do Rio de Janeiro	407.719,22	18,32%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	288.536,80	12,97%
Coordenação Geral de Gestão de Recursos Humanos - MTE	168.802,98	7,59%
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - MPOG	206.248,72	9,27%
Universidade Federal Fluminense	72.399,19	3,25%
Universidade Federal de São João del-Rei - Pro-Reitoria	45.894,85	2,06%
Fundação IBGE - Administração Central / RJ	59.772,98	2,69%
Cifrao Fundação de Previdência da Casa da Moeda	47.120,27	2,12%
Prefeitura do Rio de Janeiro	34.290,73	1,54%
Defensoria Pública da União	11.942,05	0,54%
TOTAL	2.225.256,13	100,00%

4.6.2 – DEPÓSITOS E CAUÇÕES

O saldo desta rubrica refere-se a depósitos de garantias contratuais exigidas por nossos clientes.

4.7 – ESTOQUES

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos (contagem cíclica). Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício. A variação na rubrica de Matéria-Prima é explicada basicamente pela redução de aquisição de matéria-prima. O valor de estoque consumido no exercício de 2017 reconhecido como custo de produto foi de R\$ 279.446.557,83 (duzentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos). A variação na conta de Produtos em Processo deve-se ao planejamento das fábricas da CMB ensinando chegar ao fim do exercício com o menor número possíveis de Ordens de Produção em aberto, visto a implantação integral do Bloco K, do SPED FISCAL.

ESTOQUES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Produtos Acabados	87.171.802,86	57.470.715,10
Produtos em Processo	9.461.549,23	8.414.795,88
Matéria-Prima	69.836.694,25	90.843.152,01
Almoxarifado	13.296.792,96	16.402.006,45
Importações em Andamento	361.367,50	0,00
TOTAL	180.128.206,80	173.130.669,44

4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS

As Despesas Antecipadas no valor de R\$ 386.479,53 (trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos) são referentes à última parcela do prêmio de Seguros de Riscos.

DESPESAS ANTECIPADAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios de Seguro a Apropriar	386.479,53	829.657,89
TOTAL	386.479,53	829.657,89

A variação de R\$ 443.178,36 (quatrocentos e quarenta e três mil, cento e setenta e oito reais e trinta e seis centavos) se deve em função da renegociação do contrato de seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuem poder de decisão na CMB.

4.8.1 – COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da CMB estão assegurados por valores suficientes à cobertura de eventuais sinistros, conforme segue:

MODALIDADE	RAMO	VALORES EM RISCO (EM R\$)	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (EM R\$)
Imobilizado/Estoque	Incêndio/Raio/Explosão	959.498.500,00	655.000.000,00
Imobilizado	Danos Elétricos	50.000.000,00	50.000.000,00
Operações Parque Industrial	Vazamento de Sprinkl	40.000.000,00	40.000.000,00
TOTAL		1.049.498.500,00	745.000.000,00

O seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuem poder de decisão na CMB tem um limite máximo de indenização de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

CLIENTES A LONGO PRAZO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Sicobe - Envasadoras	28.706.701,37	0,00
UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM	5.853.441,81	0,00
Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro	3.982.641,34	0,00
Gold Credit Banco de Bullion	2.266.140,00	0,00
Departamento de Polícia Federal	1.707.931,14	70.509,92
Banco Central da Venezuela	1.153.250,43	0,00
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.111.676,16	1.111.676,16
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	527.283,21	504.718,33
Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular - MRE	512.830,12	489.059,20
Coordenação Geral de Logística - Ministério da Justiça	450.450,00	450.450,00
Apoio Engenharia e Comunicações Ltda.	297.835,46	0,00
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	197.981,09	0,00
RDF&B/Savoysa Investimentos e Participações	97.500,00	0,00
Detran do Estado do Espírito Santo	43.261,08	0,00
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	31.415,42	31.415,42
UEI Telecomunicações Ltda.	14.560,00	0,00
Instituto Federal do Maranhão - Campus Monte Castelo	11.968,53	0,00
Instituto Federal do Maranhão	3.850,00	0,00
Defensoria Pública da União	1.362,95	0,00
Conselho Federal de Contabilidade	1.023,00	1.023,00
TOTAL	46.973.103,11	2.658.852,03

A variação de R\$ 44.314.251,08 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta e um reais e oito centavos) refere-se basicamente a transferência dos saldos dos clientes do curto para o longo prazo devido à falta de perspectiva de recebimento até o término do exercício social subsequente.

O montante de R\$ 28.706.701,37 (vinte e oito milhões, setecentos e seis mil, setecentos e um reais e trinta e sete centavos) é referente aos inadimplentes do programa SICOBÉ do período de setembro de 2013 a dezembro de 2014, em que a CMB, com base na Instrução Normativa nº 1390/2013 alterada pela Instrução Normativa nº 869/2008 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, passou a faturar diretamente aos envasadores de bebidas.

O valor de R\$ 5.853.441,81 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos) refere-se ao saldo de duplicatas em aberto do cliente UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM, atualizados pela variação cambial.

O valor de R\$ 1.153.250,43 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos) referente ao Banco Central da Venezuela é proveniente de multas aplicadas pelo cliente contestadas pela CMB e atualizadas pela variação cambial.

Além de outros clientes comerciais como Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 3.982.641,34 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos), Gold Credit Banco de Bullion, no valor de R\$ 2.266.140,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta reais) e Departamento da Polícia Federal, no valor de R\$ 1.707.931,14 (um milhão, setecentos e sete mil, novecentos e trinta e um reais e quatorze centavos).

5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR

SERVIÇOS EXECUTADOS VENCIDOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
CLIENTES		
SICOBÉ	570.637.068,02	171.792.530,43
SCORPIOS	49.193.039,42	10.911.833,52
Total	619.830.107,44	182.704.363,95

Os saldos são remanescentes de valores a receber por serviços executados referente ao SICOBÉ e SCORPIOS, realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

A variação de R\$ 437.125.743,49 (quatrocentos e trinta e sete milhões, cento e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos) refere-se ao saldo a receber até dezembro de 2016 dos programas SICOBÉ e SCORPIOS que foi transferido para ativo não circulante realizável a longo prazo.

Vale ressaltar que, conforme citado no item 4.3, a partir de 08 de setembro de 2016, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 93, a CMB passou a não ter acesso aos repasses dos serviços prestados na leitura dos programas SICOBÉ e SCORPIOS.

5.3 – PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	
CLIENTES		11.259.709,50
PROGRAMA SICOBÉ		31.198.269,61
PROGRAMA SCORPIOS		3.623.014,75
ENVASADORES		12.873,19
CLIENTES EXTERIOR		7.006.692,24
TOTAL		53.100.559,29

As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram constituídas conforme disposições disciplinadas na Lei nº 13.097/2015, de 19/01/2015 (conversão da Medida Provisória nº 656, de 07/10/2014) e suas alterações.

Nessas condições, naquilo que se reporta às pendências de créditos a receber relativas ao SICOBÉ, SCORPIOS acerca da avaliação sobre a probabilidade real das pendências identificadas serem devidamente liquidadas pelos Clientes, a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), observou os seguintes critérios:

- Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes e envasadores com valores iguais ou inferiores a R\$1.000,00 (mil reais), na data de 31/12/2016;
- Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes e envasadores com valores em aberto a mais de cinco anos, com data base anterior a 31/12/2012.

Não obstante a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber - Envasadores, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.

Foi encaminhado o ofício PRESI/003/2018 à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN com a finalidade de viabilizar a assinatura de convênio ou alternativa para a recuperação dos valores inadimplentes do programa SICOBÉ.

VALORES (EM R\$)

PROGRAMA SICOBÉ	31/12/2017
Contas a Receber	570.637.068,02
Constituição - PECLD	85.533.295,72

Custos a Pagar - SICPA	471.082.622,81
Expurgo efeito - PECLD	54.335.026,11

PECLD CONTABILIZADA	31.198.269,61
----------------------------	----------------------

PROGRAMA SCORPIOS	31/12/2017
Contas a Receber	49.193.039,42
Constituição - PECLD	7.432.678,94

Custos a Pagar - SICPA	34.962.116,20
Expurgo efeito - PECLD	3.809.664,19

7.8 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL		
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	(117.596.417,85)	87.194.582,66
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	0,00	29.646.158,10

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
ADIÇÕES/EXCLUSÕES		
Ajuste Teste de Impairment	900.095,09	-
Provisões/Reversões p/Contingências	1.023.793,93	8.498.854,31
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.105.008,40)	51.096.833,74
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	10.425,36	(83.802,58)
Participação do Lucro Diretoria	-	411.344,52
Provisão/Reversão Depreciação Acelerada Incentivada	-	241.873,08
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	(12.660.310,14)	34.757.164,35
Dividendos Recebidos	(232.633,48)	(10.354,53)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(248.704.555,98)	(81.878.918,09)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(95.642,55)	(8.454,00)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(31.103.124,27)	-
TOTAL ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(327.966.960,44)	13.024.540,80

BASE DE CÁLCULO LALUR		
	31/12/2017	31/12/2016
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Imposto de Renda	-	17.012.015,73
Contribuição Social	-	6.022.173,77

ALÍQUOTA EFETIVA		
	0,00%	26,42%

Em 2017, não foram provisionados os valores de imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais.

7.9 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

A variação na conta Outras Obrigações consiste no custo da implantação do Plano de Desligamento Voluntário (PDV).

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
OUTRAS OBRIGAÇÕES		
Outras Obrigações de Curto Prazo	4.372.548,65	926.182,46
TOTAL	4.372.548,65	926.182,46

7.9.1 – PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PDV

O Plano de Desligamento Voluntário – PDV teve por objetivo incentivar a adequação do seu quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como, proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. Foi destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendiam aos requisitos definidos no regulamento, em 01 de fevereiro de 2017.

O PDV 2017 teve como público-elegível cerca de 600 empregados, cujos desligamentos ocorreram durante o ano de 2017, em 04 turmas, no período de julho a novembro.

A título de estímulo os incentivos financeiros e sociais foram a indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios, a indenização equivalente ao valor referente ao aviso prévio proporcional e a oferta de plano de saúde para empregado titular e cônjuge ou companheira (o) pelo período de até 05 anos, e dependentes pelo período de até 02 anos, mediante coparticipação mensal no valor de 20% do valor das mensalidades praticadas. O número de empregados que aderiram ao PDV foi de 333 (trezentos e trinta e três). O retorno do investimento feito no PDV acontecerá em 7 (sete) meses.

7.10 – MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO DE EMPREGADO

Em dezembro de 2017 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 29.060,29 (vinte e nove mil, sessenta reais e vinte e nove centavos) e a menor foi de R\$ 2.839,67 (dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos). A remuneração média dos empregados foi de R\$ 8.673,36 (oito mil, seiscentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos). Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizes.

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
REMUNERAÇÃO		
Maior Remuneração	29.060,29	28.837,24
Remuneração Média	8.673,36	9.140,72
Menor Remuneração	2.839,67	2.332,83

NOTA 8 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE
8.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CMB possui junto ao Banco do Brasil os seguintes empréstimos com finalidade de financiar o seu Capital de Giro:

- R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 110,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O presente contrato prevê o pagamento da segunda parcela em 08/06/2018, alocada registrada Circulante, juntamente com todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, encargos financeiros, outros acessórios e quaisquer despesas, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 111,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Registrado no Não Circulante a última parcela a vencer em 08/06/2019.
- Os referidos encargos dos empréstimos são calculados por dias úteis, mensalmente, a cada data-base, levados a débito da conta vinculada, a cada semestre, no vencimento e na liquidação das dívidas.

8.2 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 14.568.855,63 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos) foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável saída de recursos, conforme composição abaixo:

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
PROCESSOS JUDICIAIS - PROVÁVEIS		
Contingência Trabalhista	2.931.740,15	8.747.702,19
Contingência Cível	11.637.115,48	4.797.359,51
TOTAL	14.568.855,63	13.545.061,70

O saldo das contingências passivas demonstradas no quadro abaixo foi classificado pelo Departamento Jurídico como sendo possível a saída de recursos, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
PROCESSOS JUDICIAIS - POSSÍVEIS		
Contingência Trabalhista	4.323.000,00	933.000,00
Contingência Cível	229.888.074,08	42.259.554,74
TOTAL	234.211.074,08	43.192.554,74

8.3 – PROVISÃO PARA CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR		
SICOBÉ	384.998.418,60	62.189.023,29
SCORPIOS	6.931.742,24	2.394.888,79
TOTAL	391.930.160,84	64.583.912,08

O valor de R\$ 384.998.418,60 (trezentos e oitenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e dez e seiscentos e sessenta centavos) refere-se às parcelas de 2019 a 2021 do acordo de pagamento celebrado entre a CMB e a SICPA do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas LTDA e o saldo do custo do serviço a faturar sobre a leitura dos envasadores inadimplentes.

8.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O valor de R\$ 26.808.839,07 (vinte e seis milhões, oitocentos e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais e sete centavos) constituído na rubrica Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante contempla parcela de longo prazo do plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017.

NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segundo o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976 o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

A Diretoria Executiva da CMB através Ata da 5ª Reunião da Diretoria de 06 de Fevereiro de 2018 e em consonância com os aspectos legais e societários aprovou utilizar o saldo da Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não Distribuídos no valor de R\$ 14.291.822,11 (quatorze milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e onze centavos) para compensar parcela do Prejuízo do Exercício de 2017 no valor de R\$ 117.596.417,85 (cento e dezessete milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos).

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

Nos termos do Decreto nº 8.809 de 18 de julho de 2016 o capital da CMB é de R\$ 1.360.677.814,09 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais e nove centavos), pertencente integralmente à União.

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
CAPITAL		
Capital Social	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
TOTAL	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09

NOTA 11 – RESERVAS
11.1 – RESERVAS DE LUCRO
11.1.1 – RESERVA LEGAL

Segundo o Art. 193 da Lei nº 6.404/1976 do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Ao encerramento do exercício de 2017 a CMB apurou prejuízo contábil, de modo que não houve aumento desta reserva no exercício, mantendo o valor de R\$ 18.576.654,14 (dezoito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos) constituída até o Exercício de 2016.

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
RESERVA DE LUCRO		
Reserva Legal	18.576.654,14	18.576.654,14
TOTAL	18.576.654,14	18.576.654,14

11.1.2 – RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS OBRIGATORIOS NÃO DISTRIBUÍDOS

Conforme citado no item 9, a Reserva Especial de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos foi absorvida, em sua totalidade, pelo prejuízo contábil do exercício de 2017.

11.1.3 – RESERVA PARA INVESTIMENTO

O saldo do Prejuízo do Exercício de 2017 no valor de R\$ 103.304.595,74 (cento e três milhões, trezentos e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), após a compensação realizada com a Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios Não Distribuídos no valor de R\$ 14.291.822,11 (quatorze milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e onze centavos), foi compensado com as Reservas de Investimento, apresentando a seguinte composição para o exercício de 2017:

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
RESERVA DE LUCRO		
Reserva para Investimento	706.558.870,58	809.863.466,32
TOTAL	706.558.870,58	809.863.466,32

NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
12.1 – RECEITA BRUTA OPERACIONAL

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA		
Produtos Monopolizados	631.492.983,29	525.286.498,49
Produtos não Monopolizados	1.957.165,96	4.136.217,68
Serviços Monopolizados	312.043.184,00	1.858.478.251,91
Serviços não Monopolizados	14.731.925,81	20.734.329,22
Outras Vendas	283.118,80	208.115,50
IPI Contido no Faturamento Bruto	(191.351,90)	(387.259,29)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	960.317.025,96	2.408.456.153,51

A redução da Receita Bruta de 2017 justifica-se pela suspensão, em dezembro de 2016, da obrigatoriedade do Sistema de Controle de Bebidas (SICOBÉ), através do Ato declaratório Executivo (ADE) nº 75/2016.

12.2 – LUCRO BRUTO OPERACIONAL

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS		
Devolução de Vendas	(109.651,20)	(308.393,20)
ICMS	(1.073.161,29)	(1.265.633,78)
ISS	(866.129,49)	(1.013.424,82)
PASEP	(261.373,14)	(396.370,11)
COFINS	(1.218.218,14)	(1.829.326,96)
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(694.831.611,31)	(1.866.667.831,89)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	261.956.881,39	536.975.172,75

Mesmo com a redução dos tributos incidentes sobre as vendas e o custo dos produtos vendidos o efeito da perda da Receita advinda do programa SICOBÉ encerrado em 13 de Dezembro de 2016 provoca a redução do Lucro Bruto em relação ao exercício de 2016.

12.3 - DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS		
Despesas com Pessoal	(352.313.844,68)	(332.500.804,07)
Despesas com Insumos	(8.200.059,25)	(4.532.225,66)
Despesas com Serviços	(70.992.356,25)	(76.370.379,06)
Despesas de Depreciação e Amortização	(16.455.327,86)	(16.143.662,02)
Outras Despesas Administrativas	(36.431.126,90)	(12.396.822,24)
Despesas Comerciais	(4.470.031,37)	(732.560,83)
Despesas Tributárias	(6.740.906,84)	(3.869.897,37)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	44.560.546,39	(49.867.638,61)
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(451.043.106,76)	(496.413.989,86)

Com a implementação pela Diretoria Executiva do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), as despesas de indenizações sobre o incentivo foram apropriadas pelo regime de competência ao exercício de 2017 provocando ainda neste período uma pequena variação em relação ao exercício anterior.

O grupo de Despesas com Insumos apresentou aumento em função de maior demanda de peças para manutenção para os equipamentos industriais.

A variação na rubrica Outras Despesas Administrativas justifica-se também pelo PDV no que diz respeito à apropriação no exercício do incentivo promovido pela CMB com relação ao plano de saúde aos empregados desligados.

A variação no grupo Despesas Comerciais ocorreu devido à mudança de empresa que promovia a entrega dos selos postais e passaportes. Em 2016 esse serviço era realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, sendo classificado como despesa de correios e telégrafos no grupo Despesas com Serviço. A partir de 2017, com a contratação de empresas transportadoras especializadas, o serviço passou a ser classificado no grupo de Despesas Comerciais – Fretes e Carretos.

A variação na rubrica Outras Despesas/Receitas Operacionais refere-se, em parte, na reversão da PECLD constituída no exercício de 2016 no valor de R\$ 90.387.206,03 (noventa milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e seis reais e três centavos) e na constituição da PECLD do exercício de 2017 no montante de R\$ 34.834.157,56 (trinta e quatro milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme explicitado no item 5.3 desta Nota.

Mantendo o mesmo critério adotado no ano anterior, alterou-se a forma de contabilização pelo valor líquido a ser recebido pela CMB por força do contrato dos programas SICOBÉ e SCORPIOS através das leituras/contagens mensais advindas do relatório gerencial do programa administrado pela Receita Federal do Brasil, de modo a reduzir a base de cálculo da tributação do IRPJ/CSLL.

12.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

VALORES (EM R\$)		
	31/12/2017	31/12/2016
COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO		
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	33.755.794,11	65.741.699,54
Juros sobre Créditos Tributários	54.401.604,68	21.322.962,35
Atualizações Monetárias	2.526.328,69	3.326.328,63
Variação Cambial sobre Importações e Exportações	2.717.906,03	4.740.324,38
Juros sobre Créditos a Receber	547.524,96	16.230,00
Receita de Dividendos	232.633,48	10.354,53
Outras Receitas Financeiras	83.698,86	417.491,77
RECEITAS FINANCEIRAS	94.265.490,81	95.575.391,20
Encargos Financeiros sobre Previdência Complementar	(910.476,54)	(2.450.880,35)
Despesas Financeiras	(188.351,99)	(353.000,56)
Variação Cambial sobre Fornecedores no Exterior	(2.907.588,78)	(3.367.962,73)
Juros e Encargos Financeiros sobre Dívida Contratada	(13.681.920,80)	(28.659.054,36)
Atualização Monetária sobre Dividendos à União	-	(8.870.390,93)
Outras Despesas Financeiras	(4.314.042,59)	(3.187.246,59)
Variação Cambial sobre Importações e Exportações	(793.302,59)	(6.037.755,96)
DESPESAS FINANCEIRAS	(22.775.683,29)	(52.926.291,48)
RESULTADO FINANCEIRO	71.489.807,52	42.649.099,72

A melhora no Resultado Financeiro é devido à redução nas Despesas Financeiras, se destacando a redução nos juros e encargos sobre a dívida, uma vez que o saldo devedor está reduzido à última parcela dos contratos de empréstimos. Cabe destaque também para redução nas despesas de variação cambial, decorrentes da diminuição no volume de importações e exportações, além das atualizações da SELIC sobre os créditos tributários.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O fato excepcional ocorrido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi a compensação do prejuízo contábil do exercício com a Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos e a Reservas para Investimentos, conforme preconiza o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976.

NOTA 14 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável" e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12

A seguir, descrevemos detalhadamente as premissas atuariais adotadas, estabelecidas de forma imparcial pelo atuário independente:

•Taxa de Juros de Longo Prazo

O método utilizado para cálculo da taxa de desconto foi a "Duration" baseada nos fluxos futuros de pagamento de benefícios. Esse método está de acordo com as normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema.

A seguir, o fluxo estimado de pagamentos e a taxa correspondente de NTN-B, dada pela ANBIMA:

Ano	Valor Projetado (R\$)	Valor Presente (R\$)	NTN-B	Ano	Valor Projetado (R\$)	Valor Presente (R\$)	NTN-B
2018	23.817.664,47	23.079.132,24	3,20%	2039	19.917.274,03	6.249.280,31	5,41%
2019	24.699.025,80	23.391.532,81	2,76%	2040	17.304.008,54	5.117.084,45	5,44%
2020	26.039.312,22	23.135.503,77	4,02%	2041	14.933.165,42	4.188.151,10	5,44%
2021	27.166.097,34	22.865.743,28	4,40%	2042	11.947.656,99	3.177.955,52	5,44%
2022	28.004.938,30	22.100.851,90	4,85%	2043	10.531.987,01	2.656.868,05	5,44%
2023	28.615.152,15	21.304.325,11	5,04%	2044	8.772.055,04	2.098.725,42	5,44%
2024	29.534.193,92	20.789.833,25	5,14%	2045	7.194.042,33	1.610.428,81	5,49%
2025	30.393.058,07	20.347.837,80	5,14%	2046	6.006.844,70	1.274.675,20	5,49%
2026	30.483.637,62	19.359.372,10	5,17%	2047	5.277.426,69	1.061.597,61	5,49%
2027	31.389.311,65	18.953.869,14	5,17%	2048	4.386.033,32	836.361,90	5,49%
2028	30.746.964,56	17.652.651,27	5,17%	2049	3.591.386,96	649.185,94	5,49%
2029	30.841.393,23	16.835.781,93	5,17%	2050	2.858.639,76	488.459,16	5,50%
2030	29.834.224,73	15.200.736,82	5,32%	2051	2.031.510,09	329.029,89	5,50%
2031	29.849.892,08	14.439.950,90	5,32%	2052	1.469.836,14	225.648,70	5,50%
2032	29.650.262,87	13.618.352,37	5,32%	2053	1.113.966,78	162.100,25	5,50%
2033	28.285.967,61	12.335.027,63	5,32%	2054	770.221,53	106.236,72	5,50%
2034	27.348.923,22	11.323.544,39	5,32%	2055	609.407,31	80.829,99	5,46%
2035	26.127.866,25	10.121.183,63	5,41%	Total	700.646.230,45	381.323.852,68	5,21%
2036	24.107.438,80	8.859.243,11	5,41%				
2037	23.201.015,57	8.088.551,01	5,41%				
2038	21.794.427,35	7.208.209,20	5,41%				

•Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 4,40% para 2018, conforme indicação do Boletim Focus, do Banco Central do Brasil.

•Taxa Real de Crescimento Salarial

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de cargos e salários, dos reajustes salariais dos empregados da Empresa, e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos da Patrocinadora. Segundo as informações recebidas, a premissa mais aderente para a projeção salarial de longo prazo a ser utilizada é de 1,5%aa.

•Taxa de Rotatividade

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

•Tábuas Biométricas

As premissas biométricas foram objeto de teste de aderência realizado pela Cifrao e confirmadas pela ASSISTANTS. Os testes realizados e reportados em relatório específico demonstraram os seguintes resultados:

Tábua geral de sobrevivência

AT-83 Basic.

Tábua de entrada em invalidez

Álvaro Vindas.

Mortalidade de inválidos

Winklevoss desagradada em 30%.

•Fatores de Capacidade de Salários e de Benefícios

No programa de previdência privada, considerando a inflação anual projetada de 4,40% e seu efeito sobre salários e benefícios, esses fatores foram determinados em 0,98.

•Projeções de Vínculos Futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, os padrões adotados foram:

Servidores com cônjuges no período pós-emprego: 95%

Diferença de idade entre servidores e cônjuges: 4 anos a mais para homens.

Desta forma, de acordo com as hipóteses anteriormente descritas, o resultado da avaliação pode ser assim resumido:

Participantes em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de empresa (em anos)	Salário médio (em R\$)
34-38 anos	1	35,94	15,83	4.394,87
39-43 anos	6	41,49	18,95	6.549,00
44-48 anos	10	47,42	25,46	8.405,60
49-53 anos	58	51,84	28,85	8.350,71
54-58 anos	85	56,76	32,91	9.184,48
59-63 anos	121	61,41	36,79	9.222,97
64-68 anos	45	65,74	37,71	11.113,56
69-73 anos	21	70,62	42,49	9.798,88
Total Geral	347	58,97	34,28	9.264,07
Ano 2016	422	58,43	33,82	9.295,76

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (em R\$)
44-48 anos	4	48,04	451,22
49-53 anos	11	51,95	470,44
54-58 anos	32	57,43	2.469,09
59-63 anos	133	61,74	2.852,49
64-68 anos	184	66,52	2.257,89
69-73 anos	152	71,12	2.516,58
74-78 anos	59	76,61	4.124,93
79-83 anos	26	80,94	4.664,23
84-88 anos	14	86,56	1.272,65
89 anos ou mais	11	92,13	3.264,48
Total Geral	626	68,23	2.686,44
Ano 2016	580	68,04	2.334,92

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R\$)
29-33 anos	1	30,53	330,69
39-43 anos	2	43,2	2.901,12
44-48 anos	7	46,47	1.606,46
49-53 anos	12	51,87	1.089,51
54-58 anos	23	56,31	1.530,70
59-63 anos	41	61,99	1.804,00
64-68 anos	42	66,38	2.400,06
69-73 anos	29	71,13	1.773,90
74-78 anos	20	76,33	3.776,96
79-83 anos	18	81,68	1.692,98
84-88 anos	32	86,47	1.241,66
89 ou mais	17	92,75	2.129,11
Total Geral	244	70,05	1.941,84

Movimentação das obrigações e ativos financeiros			
Item	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Obrigações no início do exercício	434.104.103,33	438.736.413,15	520.699.532,42
Custo do serviço corrente	6.863.076,14	4.905.986,22	5.537.932,21
Juros sobre a obrigação atuarial	57.647.955,59	46.333.779,43	48.889.399,50
(Ganhos)/Perdas atuariais	(36.015.909,38)	61.965.116,84	-
(-) Benefícios pagos no ano	(23.862.812,53)	(31.241.763,22)	(23.817.664,47)
Obrigações no final do exercício	438.736.413,15	520.699.532,42	551.309.199,66

Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	272.171.855,73	325.392.059,00	379.913.077,60
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	36.892.958,68	35.702.252,46	36.547.647,29
Contribuições patronais normais	7.363.397,68	6.791.897,64	7.232.555,96
Contribuições normais participantes	8.545.425,15	7.625.178,23	8.119.899,79
(-) Benefícios pagos	(23.862.812,53)	(31.241.763,22)	(23.817.664,47)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	24.281.234,29	35.643.453,49	-
Ativos financeiros no final do exercício	325.392.059,00	379.913.077,60	407.995.516,17
(Déficit)/Superávit apurado	(113.344.354,15)	(140.786.454,82)	(143.313.683,48)
Risk Sharing	56.672.177,08	70.393.227,41	71.656.841,74
Contrato de dívida	14.991.946,04	7.854.778,16	-
Passivo ao final do exercício	(41.680.231,04)	(62.538.449,25)	(71.656.841,74)

Composição dos ativos financeiros marcados à mercado				
Composição da Carteira	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Fundos de investimento Renda Fixa	306.582.214,40	81%	255.658.565,00	79%
Fundos de Ações	49.879.870,71	13%	36.434.298,00	11%
Investimentos Imobiliários	12.063.339,02	3%	12.113.709,00	4%
Empréstimos e Financiamentos	11.398.089,27	3%	10.701.912,00	3%
Outros	-	-	80.142,19	0%
Disponível	15.677,91	0%	9.423,04	0%
Outras exigibilidades (-)	(26.113,71)	0%	(867,35)	0%
Ajuste à mercado	-	-	10.394.877,13	3%
Ativo Líquido	379.913.077,60	100%	325.392.059,00	100%

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA	
Saldos	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(42.986.897,33)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano	12.112.602,66
50% do (Ganho)/perda no valor das obrigações	30.982.558,42
50% do (Ganho)/perda nos ativos financeiros	(17.821.726,74)
50% do Custo do ano	(4.372.807,78)
50% da contribuição dos participantes	(3.812.589,11)
Variação do contrato de dívida	7.137.167,88
Saldo no final do ano	(30.874.294,67)

Movimentação do passivo líquido	
Item	31/12/2017
Passivo atuarial no início do exercício (a)	41.680.231,04
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA com Risk Sharing aplicado (b)	12.112.602,66
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	8.745.615,55
Custo do serviço corrente (d)	4.905.986,22
Juros sobre a obrigação atuarial (e)	46.333.779,43
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (f)	(35.702.252,46)
(-) Contribuições normais do patrocinador (g)	(6.791.897,64)
Total (h) = (a) + (b) + (c)	62.538.449,25
Reversão em DRE da parcela devida pelos participantes do plano (i) = (j) + (k)	(14.500.145,46)
Reversão de exercícios anteriores (j)	(10.127.337,68)
Reversão do exercício (k)	(4.372.807,78)
Passivo atuarial líquido ao final do exercício (l) = (h) + (i)	48.038.303,79

Composição dos (ganhos)/perdas sobre as obrigações calculadas	
Item	Impacto em R\$
Redução da taxa de desconto	58.067.310,31
Ajustes de experiência	3.897.806,53
(Ganho)/Perda ao final do exercício	61.965.116,84

Projeção de custos para 2018:

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas:

Item	31/12/2018 (em R\$)
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	51.232.876,67
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(2.343.477,17)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	48.889.399,50

Rentabilidade esperada para o próximo exercício:

Item	31/12/2018 (em R\$)
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros	37.380.559,50
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	1.510.564,97
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(2.343.477,17)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	36.547.647,29

Receita/(despesa) projetada para 31/12/2018:

Item	31/12/2018 (em R\$)
Custo do serviço corrente	5.537.932,21
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	48.889.399,50
(-) Contribuições esperadas de participantes	(8.119.899,79)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(36.547.647,29)
Total da despesa/(receita) apurada	9.759.784,62
Risk Sharing	(4.879.892,31)
Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício	4.879.892,31

Teste de sensibilidade das hipóteses

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial:

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas		
Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	520.699.532,42	-
Aumento (1%)	455.161.831,70	-13%
Redução (1%)	592.026.172,81	14%

Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas		
Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	520.699.532,42	-
Aumento (1%)	530.319.263,62	2%
Redução (1%)	511.511.584,86	-2%

15.2. Plano de Desligamento Voluntário

O Plano de Desligamento Voluntário – PDV da Casa da Moeda do Brasil – CMB tem por objetivo incentivar a adequação do seu quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como, proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. O PDV CMB 2017 é destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendam aos requisitos exigidos, na data de referência de 01.02.2017 e tem como público-elegível cerca de 600 empregados, cujos desligamentos devem ocorrer durante o ano de 2017, em até 04 turmas, cabendo exclusivamente à CMB definir o cronograma de desligamento dos empregados optantes pelo PDV. Para ser considerado elegível, o empregado deverá atender a pelo menos um dos seguintes requisitos na data de 30/06/2017:

a) Empregados já aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou que sejam elegíveis para aposentadoria pelo INSS até 30 de junho de 2017, com pelo menos 10 anos de tempo de vínculo empregatício com a CMB, excluídos os aposentados por invalidez; e

b) Empregados com vínculo empregatício com a CMB de no mínimo 30 (trinta) anos e idade mínima de 49 (quarenta e nove) anos. O tempo de vínculo empregatício na CMB será contado em anos inteiros, a partir da data de admissão até a data de 30 de junho de 2017, incluídos os períodos de cessão a outros órgãos públicos e de afastamento na vigência do contrato de trabalho, não sendo considerado como tempo de serviço o período de suspensão de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Estão impedidos de aderir ao PDV CMB 2017 os empregados que estiverem com seu contrato individual de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

15.2.1. Incentivos financeiros do programa

O empregado que solicitar adesão ao PDV - CMB 2017 receberá todas as verbas rescisórias previstas em lei para desligamento a pedido, e:

a) A indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios;

b) A indenização equivalente ao valor referente ao "Aviso Prévio" proporcional, calculado de acordo com a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, ou seja, mínimo de 01 remuneração e máximo de 03 remunerações, dependendo do tempo de Empresa do empregado.

c) A oferta de plano de saúde, para empregado titular e cônjuge ou companheira(o) pelo período de 05 anos, e dependentes pelo período de 02 anos, mediante coparticipação mensal no valor de 20% ou reembolso por parte da CMB no valor de 80% (oitenta por cento) do valor das mensalidades praticadas;

d) Possibilidade de substituir, no momento da adesão e de forma irrevogável, o plano de saúde oferecido no item "c", por indenização pecuniária parcelada, no valor mensal de R\$900,00 (novecentos reais) por um período de 05 (cinco) anos.

O valor total máximo a ser pago ao(a) empregado(a) aderente não poderá ser superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias e ao 13º salário. O valor mínimo a ser pago ao(a) empregado(a) aderente não poderá ser inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias e ao 13º salário.

As obrigações relacionadas ao plano de assistência médica ou a indenização pecuniária, descritos nos itens "c" e "d" anteriores, implicam em passivos de longo prazo e estão

15.2.4. Resultados

Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
Item	31/12/2017	31/12/2018
Obrigações no início do exercício	-	30.150.599,37
Custo do serviço corrente	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	-	2.058.702,63
(Ganhos)/Perdas atuariais	31.026.537,88	-
(-) Benefícios pagos no ano	(875.938,51)	(6.519.185,23)
Obrigações no final do exercício	30.150.599,37	25.690.116,77
Ativos financeiros no final do exercício	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	(30.150.599,37)	(25.690.116,77)

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas	
Item	31/12/2018
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	2.626.635,80
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(567.933,16)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	2.058.702,63

Despesa/(Receita) projetada para o próximo exercício	
Item	31/12/2018 (em R\$)
Custo do serviço corrente	-
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	2.058.702,63
(-) Contribuições esperadas de participantes	-
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	-
Total da despesa/(receita) apurada	2.058.702,63

Reconciliação do passivo atuarial líquido	
Movimentação do passivo líquido	
Passivo atuarial no início do exercício (a)	
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)	-
Despesa/(receita) a ser reconhecida em DRE (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	30.150.599,37
Custo do serviço corrente (d)	-
Juros sobre a obrigação atuarial (e)	-
Avaliação Atuarial Inicial (f)	31.026.537,88
(-) Benefícios pagos durante o ano (g)	(875.938,51)
Total (h) = (a) + (b) + (c)	30.150.599,37
Passivo já reconhecido (i)	(16.091.533,38)
Passivo líquido ao final do exercício (j) = (h) + (i)	14.059.065,99

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas		
Taxa	Total da Obrigação	Varição %
Real	30.150.599,37	-
Aumento (1%)	26.355.702,63	-13%
Redução (1%)	34.280.699,03	14%

15.3. Resultados apurados

Relativamente ao plano previdenciário e mantendo o critério adotado nos exercícios anteriores, a Casa da Moeda do Brasil optou por descontar do déficit total apurado a parcela correspondente aos participantes, reduzindo o passivo total em 50%, conforme demonstrado no quadro "Movimentação das Obrigações e Ativos Financeiros", linha Risk Sharing, no montante de R\$ 70.393.227,41 (setenta milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos); Como consequência da paridade adotada, o saldo de Outros Resultados Abrangentes (ORA) foi calculado descontando-se 50% dos ganhos e perdas apurados no exercício, atribuídos aos participantes. Essa contabilização está devidamente demonstrada em quadros anteriores.

O custo projetado para 2018, em consonância com a prática adotada pela empresa, também exclui a parcela de equacionamento do déficit de responsabilidade dos participantes do plano.

O passivo calculado para o programa de desligamento voluntário refere-se aos compromissos totais assumidos pela empresa e estão sendo reconhecidos em sua integralidade no Resultado do exercício, seguindo as orientações do CPC nº 33 – R1;

NOTA 16 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido Cifirão (PBDC) e foi fixado um cronograma de execução e implementação das medidas propostas. Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável – MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO.

A data prevista originalmente para a conclusão do TAC se encerrou no dia 11 de junho de 2016, conforme disposto no item 22 do cronograma original. A partir da demora verificada nas análises realizadas pelos órgãos de supervisão e controle da patrocinadora, no caso o Ministério da Fazenda (MF) e a atual Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais (SEST), houve a necessidade de reprogramação das atividades, sendo que a nova data prevista para sua conclusão é 24/01/2019.

Ressalte-se que a Diretoria Executiva da CIFRÃO, por meio do Ofício nº 012/2015, de 14 de setembro de 2015, obteve junto à PREVIC a suspensão da contagem dos prazos, Ofício nº 130/ERRJ/PREVIC, de 25 de setembro de 2015, até que os órgãos de supervisão e controle pudessem emitir seus respectivos pareceres.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos
Administradores e Acionistas da CASA DA MOEDA DO BRASIL
Rio de Janeiro - RJ
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CASA DA MOEDA DO BRASIL (EMPRESA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **EMPRESA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Serviços a faturar – SICOBE e SCORPIOS

Chamamos a atenção para as notas explicativas 4.3, 5.2, 7.7 e 19 as quais são mencionados os valores a receber de serviços a faturar relacionados ao SICOBE e SCORPIOS no montante de R\$ 570.637.068,02 e R\$ 146.478.432,80, respectivamente, esses serviços foram prestados pela EMPRESA por força das leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007 e estão pendentes de recebimento, bem como a baixa pelo pagamento da provisão para custos de serviços a faturar SICOBE e SCORPIOS no montante de R\$ 468.454.527,63 e R\$ 92.826.912,23 registrados no passivo da Empresa. A CMB encaminhou diversos ofícios à STN/MF, RFB/MF, SE/MF e SEST/MF, onde foi solicitado o ressarcimento financeiro dos gastos incorridos pela Casa da Moeda para a realização dessas atividades. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Continuidade Operacional

Na nota explicativa 20 a Empresa divulga que avaliou a sua capacidade de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro, e ainda, que não há uma nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros Assuntos
Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de NBC TG 09, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da EMPRESA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com

Desta forma, no dia 1º de junho de 2016, com atraso de 370 (trezentos e setenta) dias, a CIFRÃO de posse das manifestações do MF e da SEST, pode finalizar as etapas 10 e 11 do cronograma. Posteriormente, se fez necessário ajustar as propostas de alteração dos regulamentos conforme recomendações dos órgãos de supervisão e controle da CMB, além da obrigatoriedade de atualizar todos os estudos atuariais antes do envio do processo do TAC à PREVIC para análise final, que acarretou na reprogramação das demais ações, conforme exposto no cronograma abaixo:

Item	Descrição da Etapa/Atividade	Responsável	Novo Prazo
11	Providências do patrocinador para envio do processo e obtenção de resposta junto ao seu órgão de supervisão	CMB /MF /DEST	01/06/2016
12	Comunicado aos participantes e assistidos do processo	CIFRÃO	26/03/2018
13	Montagem do dossiê para o envio do pedido de aprovação para a PREVIC	CIFRÃO	09/04/2018
14	Análise do processo pela PREVIC	PREVIC	29/05/2018
15	Implantação do processo de migração após aprovação pela PREVIC		
16	Elaboração dos termos individuais	CIFRÃO	28/06/2018
17	Criação de simulador	CIFRÃO	28/06/2018
18	Campanha de divulgação	CIFRÃO	27/08/2018
19	Período de opção dos participantes	CIFRÃO	26/10/2018
20	Implantação operacional da opção	CIFRÃO	25/11/2018
21	Levantamento de dados após o fim do processo migratório para fins de Avaliação Atuarial dos planos	CIFRÃO	25/12/2018
22	Estudo apurando os resultados da migração e ajustes do custeio do PBDC para participantes e assistidos remanescentes	CIFRÃO	24/01/2019

Cabe informar que existe a recomendação da Auditoria Externa, Maciel Auditores, para que a Casa da Moeda do Brasil efetivamente implemente o plano de amortização conforme estipulado pelo TAC, bem como que verifique periodicamente a aderência efetiva das novas premissas atuariais adotadas haja vista o expressivo ganho atuarial conquistado.

NOTA 17 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) a CMB e com base na análise da ASSISTANTS, apurou o saldo de R\$ 30.874.294,67 (trinta milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos) como Outros Resultados Abrangentes referente ao superávit apurado na CIFRÃO, valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com o item 58 do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1) apresentado nesta nota.

NOTA 18 – EVENTO SUBSEQUENTE

A CMB em janeiro de 2018 obteve a restituição do montante de R\$ 18.605.350,00 (dezoito milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e cinquenta reais) referentes a créditos derivados de saldo negativo de apuração de exercícios anteriores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, além de fazer uso de tais Créditos Tributários para compensação de Tributos Federais no montante de R\$ 8.610.447,00 (oito milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e sete reais), através de Declaração de Compensação.

NOTA 19 – FATO RELEVANTE

A CMB vem atuando, desde o último trimestre de 2016, com a formalização de diversos ofícios remetidos à STN/MF, RFB/MF, SE/MF e SEST/MF, onde é solicitado o ressarcimento financeiro representativo da diferença monetária entre os gastos incorridos pela Casa da Moeda do Brasil para realização da atividade que subsidia à UNIÃO no exercício do poder de polícia, e o ingresso financeiro efetivo de receita arrecadada diretamente, mediante fonte de recursos 0250252110, da natureza de receita 11210111.

No exercício de 2017, a CMB prestou serviços relacionados ao SCORPIOS bem como forneceu à RFB os Selos de Controle Fiscal impressos, desde janeiro/2017 e até o presente momento não ocorreu a regularização da pendência de repasse dos incontroversos 70% restantes do produto da arrecadação das Taxas de prestação de serviços relacionado ao SCORPIOS (código de arrecadação DARF 4811) e de fornecimento de Selo de Controle Fiscal impresso (código de arrecadação DARF 4805), relativos à competência do exercício de 2017.

NOTA 20 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 324 anos de existência, 100% pública, mas independente do Orçamento Geral da União. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2017.

ALEXANDRE BORGES CABRAL
PRESIDENTE

CPF nº 213.810.973-91

VAGNER DE SOUZA LUCIANO
DIRETOR DE GESTÃO

CPF nº 473.420.481-00

CÉSAR AUGUSTO BARBIERO
DIRETOR DE INOVAÇÃO E MERCADO

CPF nº 977.125.708-10

ABELARDO DUARTE DE MELO SOBRINHO
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO

CPF nº 260.056.467-53

JEHOVAH DE ARAÚJO SILVA JUNIOR
DIRETOR DE CÉDULAS E MOEDAS

CPF nº 814.513.507-91

ALEX AURELINO ALBUQUERQUE NUNES
CONTADOR

CPF: 078.198.927-22

CRC - RJ: 092.064/O-1

as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **EMPRESA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a EMPRESA ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **EMPRESA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **EMPRESA**.
- Avalliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **EMPRESA**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **EMPRESA** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avalliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de março de 2018.

MACIEL AUDITORES S/S

2CRC RS 5.460/O-0 T SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA

Contador 1 CRC/RS 71.505/O-3 T SP "S" RJ

Sócio Responsável Técnico

LUCIANO GOMES DOS SANTOS

Contador 1 CRC/RS 059.628/O-2 "S" RJ

Sócio Responsável Técnico

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Casa da Moeda do Brasil - CMB, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório de Administração da Casa da Moeda do Brasil – Exercício de 2017, bem como das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tomando por base o Parecer da Auditoria Independente, emitido pela Empresa MACIEL AUDITORES S/S EPP, de 09 de março de 2018, com parágrafo de ênfase para os valores a receber dos serviços a faturar relacionados ao SICOBE e SCORPIOS, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Ressalta-se que a Demonstração de Resultado do Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apurou Prejuízo no montante de R\$117.596.417,85 (cento e dezessete milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos), restando aprovado pelos administradores a compensação do prejuízo contábil com a utilização da Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios e, em seguida, o saldo de Reservas para Investimento, em conformidade com o Art. 189 da Lei 6.404/76.

Foi apresentada ainda proposta de ORÇAMENTO DE CAPITAL para 2018, no montante de R\$76.635.172,00 (setenta e seis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e setenta e dois reais), que subsidiará o financiamento do Orçamento de Investimentos da CMB para 2018, conforme detalhado na Nota Técnica DECOF 003/2018, de 06 de março de 2018.

O Conselho Fiscal, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da CASA DA MOEDA DO BRASIL. Adicionalmente, manifesta-se favorável à submissão da proposta do orçamento de capital à Assembleia Geral dos Acionistas na forma apresentada pelo Conselho de Administração.

Brasília, 15 de março de 2018

Mauro Iunes Okamoto

Presidente

Édson Leonardo Daléscio Sá Teles

Conselheiro

Paulo José dos Reis Souza

Conselheiro

APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido em 09/03/2018, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta do “Relatório da Administração do exercício 2017”, na forma do Voto/CA/CMB nº 010/2018, de 09/03/2018, e Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.

Marise Fernandes de Araujo
Presidente

Alexandre Borges Cabral
Presidente da CMB

Vânia Lúcia Ribeiro Vieira
Conselheira

Paulo Saltoris de Matos
Conselheiro

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

O Conselho de Administração da Casa da Moeda do Brasil, reunido em 09/03/2018, no uso de suas atribuições estatutárias e conforme consta do Registro de Atas,

RESOLVE:

Aprovar a proposta das “Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas – Exercício 2017”, na forma do Voto/CA/CMB nº 011/2018, de 09/03/2018, e Ata da 2ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.

Marise Fernandes de Araujo
Presidente

Alexandre Borges Cabral
Presidente da CMB

Vânia Lúcia Ribeiro Vieira
Conselheira

Paulo Saltoris de Matos
Conselheiro